



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Maternidade na adolescência:
Vulnerabilidade Social no contexto metropolitano de Brasília

Tamille Sales Dias

Brasília, 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**Maternidade na adolescência: vulnerabilidade social no contexto metropolitano
de Brasília**

Tamille Sales Dias

Monografia submetida ao curso de Ciências Sociais, habilitação em Sociologia, da Universidade de Brasília, para a obtenção do grau de Bacharel em Sociologia.

Orientadora: Prof. Dr^a. Ana Cristina Murta Collares

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Ana Cristina Murta Collares (orientadora)

Prof^a Dr^a Ana Maria Nogales Vasconcelos

Prof^a Dr^a Christiane Machado Coêlho

Brasília, 2013

Agradecimentos

A Tenise, minha mãe, pelos infinitos apoios, paciência, compreensão, suporte em todas suas formas e incondicional presença.

A Sebastião, meu pai, pelo incentivo, respaldo, pelo modelo de disciplina, pela revisão paciente do texto e, sobretudo, por acreditar.

À professora Ana Cristina Collares pela orientação e conselhos. Pela saudade compartilhada e pela mineiridade sempre presente nos encontros.

À professora Marília Miranda por ter me mostrado o caminho das pedras, pelos conselhos e conhecimentos compartilhados, pela cumplicidade de sempre, pela fofura inquantificável.

À professora Ana Maria Nogales pelas grandes oportunidades, pela confiança, pelas instruções e lições, pela maestria exemplar.

Ao Laboratório de População e Desenvolvimento e em especial a Arthur Albuquerque pela ajuda sempre amiga com bancos de dados.

Às amigas e amigos de Brasília por terem me acolhido no deserto brasiliense.

Às amigas de Belo Horizonte, Francely, Thâmara, Camila, Yuricka e Suzy pela amizade sincera, apoio e conforto que, mesmo à distância, adoçaram meus dias bras-ilhados.

A Lucas pelo carinho, compreensão, paciência, conselhos e parceria.

A todos os professores e professoras da graduação que, além de ensinarem o exercício do pensar sociologicamente, despertaram em mim a busca curiosa pelo conhecimento e pela reflexão incansável.

Gratidão.

RESUMO

Transformações contemporâneas nas estruturas social, política e econômica têm perpetuado mecanismos complexos de reprodução intergeracional das desvantagens e riscos sociais, atingindo grupos sociais mais sensíveis às mudanças do contexto. A debilidade de vínculos desses grupos vulneráveis com certas estruturas de oportunidades (mercado de trabalho, educação, saúde e habitação) são essenciais para compreender como tais grupos se veem progressivamente excluídos dos mecanismos de inserção e participação ativa na sociedade. Ter um (a) filho (a) na adolescência não pode ser considerado intrinsecamente negativo, no entanto, quando a maternidade ocorre como resultado dessa debilidade e da conseqüente ausência de escolhas, de impossibilidade de vivência de potencialidades, ausência de igualdade de direitos e oportunidades, ela pode ser interpretada como uma desvantagem social. Este trabalho procurou descrever as situações de vulnerabilidade social nas quais mães adolescentes, residentes na Área Metropolitana de Brasília, estão imersas. Utilizou-se o Censo Demográfico 2010 para comprovar que a maternidade na adolescência não ocorre de forma homogênea: ela está marcada no território segregado da cidade, presente nas classes pobres e na vida de meninas e mulheres com pouca escolaridade, precariamente inseridas no mercado de trabalho. Concluiu-se que são necessárias políticas sociais que empoderem mulheres e meninas no sentido de fortalecer suas capacidades de tomar decisões sobre sua vida, de maneira a expandir seu rol de oportunidades e possibilidades para além de papéis tradicionais de gênero. Trata-se, portanto, de apontar as circunstâncias, as condições, costumes, valores e forças estruturais que perpetuam a maternidade em idades muito jovens e que tornam essas mães e seus filhos e filhas isoladas e marginalizadas.

Palavras-chave: Maternidade na Adolescência; Vulnerabilidade Social; Desigualdades; Área Metropolitana de Brasília.

ABSTRACT

Contemporary changes in social, political and economic structures have perpetuated complex mechanisms of intergenerational reproduction of disadvantage and social risks, reaching groups more sensitive to changes in the social context. The weakness of bonds of these vulnerable groups to certain opportunity structures (labor market, education, health and housing) are essential to understand how such groups find themselves increasingly isolated from the prevailing currents in society. Having a child in adolescence can not be considered intrinsically negative, however, when motherhood occurs as a result of this weakness and the consequent absence of choice, the impossibility of living of potential and lack of equal rights and opportunities, it can be interpreted as a social disadvantage. This study sought to describe the situations of social vulnerability in which teenage mothers in the metropolitan area of Brasília are immersed. We used the 2010 Population Census to prove that teenage motherhood is not homogeneous form, it is marked in the segregated area of the city, in this poor classes and the lives of girls and women with low education and precariously in the labor market. It is concluded that social policies are required in order to empower women and girls to strengthen their capacity to make decisions about their life, in order to expand their list of opportunities and possibilities beyond traditional gender roles. It is, therefore, to point out the circumstances, conditions, customs, values and structural forces that perpetuate motherhood at very young ages and that makes these mothers and their sons and daughters isolated and marginalized.

Keywords: Adolescent Motherhood; Social Vulnerability; Inequalities; Metropolitan Area of Brasilia.

Introdução	8
Capítulo 1. Área Metropolitana de Brasília: segregação e desigualdades	
1.1 Uma breve reflexão sobre Segregação Socioespacial	14
1.2 A Área Metropolitana de Brasília	17
Capítulo 2. A vulnerabilidade Social	
2.1. O contexto e as vantagens do conceito	21
2.2. Conceitos de vulnerabilidade social e suas componentes	23
Capítulo 3. Maternidade na adolescência	
3.1 Efeito social e histórico da maternidade na adolescência	31
3.2 Maternidade na adolescência como questão de classe e gênero	35
Capítulo 4. Aspectos Metodológicos	
4.1 A pesquisa	44
4.2 A idade como critério instrumental	45
4.3. O espaço observado	47
4.4. Operacionalização do conceito de vulnerabilidade	48
4.4.1. Indicadores de Condições Habitacionais	50
4.4.2. Indicadores da Componente Social	52
4.4.3. Indicadores da escassez de recursos	53
4.4.4. Indicadores de acesso ao conhecimento	54
4.4.5. Indicadores de acesso ao trabalho	55
4.5 O modelo causal	55
Capítulo 5. Resultados	
5.1 Componente condições habitacionais	57
5.2 Componente social	60
5.3 Componente escassez de recursos	62
5.4 Componente acesso ao conhecimento	63
5.5 Componente acesso ao trabalho	66
Considerações Finais	71
Referências Bibliográficas	76
Anexos	81

SIGLAS

AMB – Área Metropolitana de Brasília

BSF – Bolsa Família

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

GDF – Governo do Distrito Federal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDG – Índice de Desigualdade de Gênero

IDJ – Índice de Desenvolvimento Juvenil

IVJ – Índice de Vulnerabilidade Juvenil

MS – Ministério da Saúde

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios

PNDS – Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RA – Região Administrativa

SINASC – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos

TEF – Taxa Específica de Fecundidade

SUS – Sistema Único de Saúde

UNFA – Fundo de População das Nações Unidas

INTRODUÇÃO

1. Territórios de vulnerabilidade no contexto metropolitano de Brasília

A formação de territórios concentrando uma população que vive o acúmulo de vários processos de vulnerabilização social aponta para uma tendência histórico-social de reprodução da pobreza e das desigualdades. A segregação urbana parece, portanto, desencadear um conjunto de processos de reiteração da marginalização, na medida em que o isolamento sociocultural dos (as) vulnerabilizados (as) produz tendências de desconexão da sociedade (Ribeiro, 2007). A maternidade na adolescência, quando ocorre nesses contextos, aparece como uma característica dos territórios vulneráveis, consequência da periferização de importantes processos sociais desconexos (educação e mercado de trabalho) e como causa da reprodução de desigualdades sociais, uma vez que gera um ciclo intergeracional de vulnerabilidade.

A redução das condições de vulnerabilidade passa por mudanças estruturais e, apenas compreendendo e interligando seus fatores multicausais, seria possível formular políticas de superação desta condição. Torna-se simplório pensar soluções meramente econômicas para problemas estruturais que tem raízes mais profundas, que acentuam e reproduzem desigualdades sociais em seus mais diversos níveis.

O caso da construção de Brasília-DF é especial no que diz respeito à organização do espaço urbano. O processo de ocupação da cidade foi marcado pela distância social, assim, Brasília opõe realidades do centro (Plano Piloto e adjacências) e das Regiões Administrativas (RA) mais periféricas. Como herança desse primeiro momento de construção e urbanização da cidade, é possível perceber a produção de um alto grau de segregação socioespacial, seja no mercado imobiliário, seja no mercado de trabalho, pois os estratos sociais, além de ocuparem o espaço de acordo com sua condição de classe, têm essa diferença mais acentuada em função da estandardização caracterizadora de seus diversos espaços e da relativa homogeneização interna dos seus usuários, determinada pela divisão técnica do trabalho (Campos, 1991).

A partir de 1991, o Distrito Federal vem diminuindo seu poder de atração de migrantes, provavelmente devido ao elevado custo de vida, em especial, no que se refere à moradia. Em decorrência de problemas relacionados à habitação, devido aos altos custos imobiliários, observou-se um processo de periferização, gerando um forte crescimento populacional nos municípios goianos limítrofes. Nesse processo, verifica-se a migração de pessoas para os municípios mais próximos, como os que compõem, junto ao DF, a Área Metropolitana de Brasília (AMB). Essa população constitui relação de dependência com o Distrito Federal, seja por trabalho, ou serviços de saúde e

educação, fato que intensifica o processo de metropolização da região (CODEPLAN, 2013)¹.

O combate à favelização, nos primórdios do estabelecimento da Capital, fez transferir para esses espaços criados fora do Plano urbanístico, cidades dormitórios, onde prevalecem habitações precárias, moradias de trabalhadores (as) de baixa renda que convivem cotidianamente com o deslocamento de grandes distâncias para o centro na demanda por empregos e serviços básicos.

Este é o cenário das investigações aqui empreendidas. A maternidade adolescente está inserida nessa dinâmica territorial segregada como produto das desigualdades de oportunidades e de acessos a bens, serviços e direitos. A fragmentação dos espaços sociais, que parece, segundo Busso (2001), ter se agudizado principalmente em áreas metropolitanas na expressão da segregação residencial, em suas formas extremas, separa as redes de interação entre setores sociais, debilitando o processo de integração de grupos com maiores desvantagens sociais. Para Katzman (2001) os que estão na periferia vivenciam um verdadeiro “isolamento social”, a partir da conjunção de dois elementos, além, é claro, da própria segregação: a precariedade e instabilidade do mercado de trabalho e a segmentação dos serviços, ou seja, a existência de carências espacialmente diferenciadas relativas aos vários serviços oferecidos à população.

2. Maternidade na adolescência

Desde a década de 1970 é notória a queda da taxa de fecundidade total no Brasil, por efeito da combinação de fatores dentro do marco teórico da transição demográfica que associam mudanças socioeconômicas (educação, urbanização, inserção da mulher no mercado de trabalho) e culturais (informação sobre reprodução, secularização, acesso a métodos contraceptivos, costumes e mudanças nos papéis de gênero). A maternidade jovem, no entanto, não acompanha o ritmo de declínio das outras faixas etárias mais envelhecidas, permanecendo alta em toda América Latina (CEPAL, 2008). No Brasil, do total de partos atendidos no SUS em 2007, 24% são de adolescentes e jovens entre 10 e 19 anos (MS, 2013).

A maternidade precoce não atinge de forma igual os grupos sociais, mas principalmente aquelas mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social. A condição socioeconômica aparece como critério decisivo na chance de uma mulher ter seu primeiro filho antes de 20 anos de idade (Itaboraí, 2003). É preciso lembrar que dentre os problemas específicos enfrentados pelos (as) jovens encontra-se a ausência ou menor renda, devido ao fato de seu engajamento no mercado de

1- São municípios da AMB: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina, Padre Bernardo, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso.

trabalho ser recente ou ainda não ter acontecido (Itaboráí, 2003).

A arbitrariedade dos conceitos de precoce e de adolescente, deve-se a uma necessidade de redução metodológica com a finalidade de tornar legível e comparável a análise de dados. Ambos os termos implicam em uma classificação a priori do que seriam a adolescência e a precocidade, assim, ainda que seja razoável aceitar um certo grau de homogeneidade entre as idades cronológica e social em diferentes grupos, é importante lembrar que se trata de uma aproximação que pode ter seu significado alterado sob novas circunstâncias culturais. A noção de adolescência define-se aqui etariamente, embora seja uma fase socialmente estabelecida que diz respeito a referenciais culturais e papéis sociais. Tomar a ideia “fase da vida” por uma faixa etária específica é, portanto, instrumentalmente útil, mas exige pressupostos de homogeneidade dos papéis nos diversos grupos sociais que podem ser controversos (Souza, 1998). Assim, no âmbito deste trabalho propõe-se investigar a população de meninas de 10 a 19 anos completos.

A maternidade na adolescência pode ser vista, de forma geral, como um problema social e elemento fundamental de vulnerabilidade, pois inclui uma alta porcentagem de casos não desejados, registra maiores riscos para a saúde da mãe e do bebê (aborto espontâneo, má formação do feto, complicações obstétricas etc.) e gera ciclos viciosos de exclusão de uma geração à seguinte, dado que a maioria das mães adolescentes é de baixa renda, baixa escolaridade e com altas possibilidades de construir lares sem redes de proteção social (CEPAL, 2008).

Há ainda a difícil compatibilização do (a) filho (a) com outras atividades próprias da juventude, em particular a permanência na escola e a inserção no mercado de trabalho, o que, em muitos casos, condena à exclusão social ao longo de toda a vida. No caso de mulheres pobres, com pouca escolaridade, a maternidade incide decisivamente em seus padrões de emprego, na busca por futuros trabalhos e reforça as desigualdades de gênero (Souza, 1998). A maternidade entre jovens compromete suas carreiras profissionais, obrigando-as a não ingressar no mercado de trabalho, em consequência das obrigações familiares, ou a aceitar empregos de baixa qualificação e consequente baixa remuneração – devido às sequelas da baixa escolaridade – (Madeira, 2006).

A variável comumente utilizada para mensurar desigualdades no acesso à saúde sexual e reprodutiva é o nível educacional da mulher. Diversos estudos enfatizam o papel primordial da educação da mulher no seu comportamento reprodutivo (Jejeebhoy, 1995). Segundo Souza (1998), há causalidades em duas direções: por um lado, filhos reduzem as chances de escolarização e, por consequência, o nível educacional das mulheres e, por outro, um baixo nível educacional está associado a uma maior propensão a ter filhos, o que coloca as mulheres de 15 a 19 anos que tiveram filhos em um círculo vicioso. É possível apontar ainda a defasagem idade-série – importante indicador de escolarização –, situação na qual muitas mães jovens estão inseridas uma vez que

permanecem distantes da escola no período pós-parto e demoram a retornar à rotina escolar, isso quando retornam de fato à escola. Itaboraí (2003) argumenta que há evidências de que a maternidade é um marco que suprime os ritos convencionais de passagem de uma fase a outra, forçando as mulheres jovens a assumir abruptamente papéis da vida adulta relacionados à constituição de família e provimento de renda que seriam incompatíveis com a manutenção de estudos.

Para as mães adolescentes, assim como dentre as de outras idades, filhos implicam em desvantagens à medida que, sob os papéis de gênero vigentes, afetam a oferta de trabalho das mulheres ao limitar sua opção por participar ou não do mercado de trabalho (Souza, 1998, Hirata e Kergoat, 2007). Portanto, a baixa participação de mães adolescentes no mercado de trabalho refletiria as limitações que estas encontram para conduzir simultaneamente atividades produtivas e funções reprodutivas.

É importante ressaltar que nem sempre a gravidez na adolescência é indesejada. É preciso, pois, preservar o direito a ter filhos, quantos e quando quiser, devendo-se combater os estigmas atribuídos às mães jovens. Desta forma, as mulheres que decidem ter filhos na juventude devem ser alvos de especial cuidado, de forma a garantir que essa vivência não seja fonte de perpetuação e/ou agravamento de desigualdades sociais (Itaboraí, 2003). Em alguns casos, a gravidez pode fazer parte dos projetos de vida de adolescentes e até se revelar, nesta faixa etária, como um elemento reorganizador da vida e não desestruturador (MS, 2013).

A maternidade adolescente integra o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da ONU para avaliar desigualdades com base no gênero em três dimensões – saúde reprodutiva, autonomia e atividade econômica. A saúde reprodutiva é medida pelas taxas de mortalidade materna e de fecundidade entre as adolescentes. Segundo o PNUD, a gravidez precoce, medida pela taxa de fecundidade adolescente, está associada com altos riscos de saúde para mães e bebês. Ainda, mães adolescentes frequentemente são impelidas a abandonar a escola e a ocupar cargos de trabalho de baixa capacitação (2013). A maternidade adolescente também integra alguns importantes indicadores de vulnerabilidade juvenil, como por exemplo, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) do governo de São Paulo e o Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ), criado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e parceiros não-governamentais.

Por trás de mudanças no comportamento reprodutivo encontram-se processos sociais variados, desde a urbanização e expansão do consumo de massa, que afetam como é vivida a juventude e o rompimento com normas culturais tradicionais, à falta de acesso a informação e meios contraceptivos (Itaboraí, 2003). Jovens mães estão em maior situação de vulnerabilidade e, portanto, são merecedoras de políticas sociais especiais.

É importante reconhecer a dinâmica demográfica e socioeconômica associadas aos processos de inclusão/exclusão social e de vulnerabilidades em diferentes territórios, de forma a romper com o ciclo de reprodução intergeracional do processo de exclusão social. A maternidade na adolescência pode, portanto, ser vista como expressão da vulnerabilidade social e como reprodutora da mesma, uma vez que suas consequências incidem tanto nas esferas individuais (trabalho, família, renda, socialização) quanto sociais e econômicas (saúde pública, desigualdades sociais, planejamento urbano).

Em síntese, a especificidade da maternidade na juventude reflete uma falta de acesso a direitos reprodutivos e igualdade de oportunidades entre as mulheres, além do que, tem causas complexas e entrecruzadas. Aliado à dificuldade de acesso à educação e às incertezas do mercado de trabalho estão as novas relações intergeracionais pautadas cada vez mais na ideia de liberdade, o que propicia forte tendência ao exercício de papéis adultos por indivíduos que ainda se identificam como jovens.

Desta forma, este trabalho propõe-se a estudar a fecundidade jovem como expressão da vulnerabilidade social na Área Metropolitana de Brasília, uma vez que esta região apresenta complexidades peculiares referentes à normatização de serviços públicos, pois envolve duas Unidades da Federação (GO e DF), fato que acarreta um maior abandono público dessa população vulnerável que vive não só nas franjas territoriais do DF, mas também nas margens da inclusão social e econômica. Dada a proximidade geográfica desses territórios e a relação de dependência estabelecida entre seus habitantes é necessário que as peculiaridades dessa região sejam ponderadas, considerando que a centralidade da capital federal exerce e sofre influência dessas cidades em diversos aspectos, afetando suas políticas públicas de saúde, educação, transporte, trabalho, assistência social, entre outras.

Sabe-se que a maternidade na adolescência é um fenômeno multicausal e complexo de ser explicado, pois envolve dimensões sociais, culturais, individuais, políticas e econômicas. A grande ocorrência de mães jovens em uma determinada região é um indicador de que esta localidade possui baixos níveis de desenvolvimento social e econômico. Pode-se notar, segundo dados do Censo Demográfico 2010, que são nas regiões mais pobres economicamente e com menos recursos socioeconômicos (RAs periféricas de baixa renda e cidades de Goiás), que está concentrada a maioria dos casos de maternidade na adolescência.

Esta monografia se propõe a caracterizar o comportamento reprodutivo de jovens adolescentes na Área Metropolitana de Brasília com intuito de medir e qualificar a exposição ao risco da maternidade precoce, a partir do pressuposto de que este evento é uma desvantagem social na vida da jovem, de forma a apreender o lugar da maternidade adolescente na produção e reprodução de

desigualdades sociais e vulnerabilidades, e de que forma esse evento se insere no contexto maior de reprodução de desigualdades dentro do espaço socialmente segregado da AMB. Desta forma, tornam-se centrais para o cumprimento dos objetivos propostos a avaliação de quais as vulnerabilidades a que estão expostas as mães adolescentes e quais as implicações da ocorrência desse evento para a mãe e para o (a) filho (a) nas desigualdades futuras. Este trabalho se propõe, ainda, à discussão entre maternidade na adolescência e vulnerabilidade social de forma a ilustrar que características de certos grupos sociais contribui para certos padrões reprodutivos e que estes, por sua vez, corroboram para a continuidade da reprodução da vulnerabilidade.

O presente trabalho apresenta esta seção inicial introdutória, seguida de três capítulos sobre a literatura acerca dos temas abordados e conceitos úteis para a análise. O capítulo 1 traz a Área Metropolitana de Brasília como contexto da análise e como essencial agente da perpetuação de desigualdades. No capítulo seguinte será discutido o conceito de vulnerabilidade social, bem como de suas componentes úteis para a caracterização da maternidade na adolescência. No terceiro capítulo são levantadas questões acerca da maternidade adolescente, em face da premissa de que o fenômeno em questão é uma desvantagem social. O quarto capítulo versa sobre aspectos metodológicos que constituem a pesquisa. Nesse capítulo será elucidada a composição dos indicadores analisados nos resultados e seus referenciais conceituais. O capítulo quinto trará os resultados obtidos e analisados, com referência à literatura selecionada. As considerações finais trarão comentários conclusivos pautados pelas questões de pesquisa levantadas e pelos objetivos e hipóteses apresentados nesta seção e ao longo do trabalho.

O intuito deste trabalho não é abarcar a maternidade na adolescência como um todo e esgotar suas possibilidades de análise. Tal tema é por definição interdisciplinar, complexo e extenso. Procurou-se abordar o fenômeno a partir do ponto de vista das desigualdades sociais e da perpetuação de iniquidades decorrentes de um modo de produção e reprodução do espaço urbano que é exclusivo e excludente.

CAPÍTULO 1 – ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA: SEGREGAÇÃO E DESIGUALDADES

1.1 Uma breve reflexão sobre Segregação Socioespacial

O conceito de segregação urbana ganhou grande utilização com a Escola de Chicago nos anos 30 e 40. Sua abordagem era voltada para a observação da paisagem e identificação da ocupação do espaço de diferentes grupos, classes sociais ou indivíduos. Porém, devido a opções metodológicas, a segregação socioespacial, para essa corrente, ganhava um caráter individualista, já que se buscava explicar e entender a segregação socioespacial partindo-se de um pressuposto de preferência de localização de moradia.

A partir dos anos 60 e 70, o conceito de segregação socioespacial passou a ser abordado por autores de forte influência marxista. Esta corrente busca a compreensão das desigualdades e contradições decorrentes da urbanização capitalista. Assim, os autores marxistas, ao contrário dos autores da Escola de Chicago, entendiam que a segregação socioespacial é decorrente das contradições das relações sociais, das lutas e conflitos de classe decorrentes do sistema capitalista, que provocam uma distribuição desigual do espaço urbano, como afirma Castells (1978 apud Villaça, 2001): (...) a distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e há uma estratificação urbana correspondente a um sistema de estratificação social e, no caso em que a distribuição social tem uma forte expressão espacial, ocorre a segregação urbana.

Muitos dos estudos acerca da segregação socioespacial correlacionam diretamente teorias referentes ao capital para sua explicação. Flávio Villaça (2001) aborda uma questão fundamental para se pensar a segregação; ela pode se dar de forma voluntária ou involuntária. A primeira, diz respeito a concentração da parcela rica da população em uma área de privilégio em relação a qualidade de vida. Em geral, essa segregação é uma opção de “assepsia social”. A segunda, se refere a uma condição imposta que exclui a população pobre dos benefícios da urbanização, segregando-a em setores com baixa qualidade de vida, sem condições infraestruturais, e com escassez de serviços urbanos.

Henri Lefèbvre (apud Vieira, 2005), um dos primeiros autores marxistas a se utilizar do conceito de segregação socioespacial, acredita que a organização do espaço urbano na sociedade capitalista é uma forma de organização e de produção social com, basicamente, três condicionantes: 1) o entendimento do espaço urbano como mercadoria e, por consequência, 2) um acesso diferenciado, das distintas classes sociais ao espaço urbano; e 3) devido aos dois condicionantes

anteriores, existe uma apropriação subjetiva e ideológica do espaço. Para Lefèbvre, a segregação urbana seria uma composição de desigualdades sociais e espaciais e ao analisá-la, é importante a consideração da 1) coexistência espacial das diferentes classes sociais na cidade e seu acesso aos meios de consumo coletivo; 2) a repercussão cultural da composição de espaços homogêneos socioeconômicos; 3) a valorização ou desvalorização dos lugares e dos indivíduos ou grupos sociais menos favorecidos e, 4) os problemas de sociabilidade, ou seja, a possibilidade ou a impossibilidade de encontro/comunicação/contato entre os diferentes (Vieira, 2005).

Manuel Castells (2000) aponta a importância da questão política para a segregação socioespacial. No sentido dos diferentes papéis exercidos na sociedade por diferentes grupos, das diferentes forças presentes para a organização e produção do espaço urbano. Entre as diferentes forças estão o Estado, a elite detentora do capital e as classes sociais menos favorecidas. A segregação socioespacial, para Castells, consiste em uma separação das classes sociais na ocupação do espaço urbano, e ainda, ao acesso desigual aos bens e/ou meios de consumo coletivos, pelas diferentes classes sociais. Além do processo de segregação socioespacial ser de ordem material/econômica, social e ideológica, há o entendimento de que a segregação socioespacial não é algo estático, é um processo, que não é definitivo, e por isso, pode e deve ser pensado no sentido de buscar sua redução.

Outro importante autor que trata a segregação socioespacial é Jean Lojkin (1997). O autor trabalha com a forma de organização do espaço urbano, considerando este como resultado da organização/divisão social do trabalho e que essa organização apresenta papel fundamental do Estado. Lojkin caracteriza o Estado como ferramenta utilizada pela classe dominante para servir a seus interesses. Há a hipótese de uma segregação espacial e social entre o espaço urbano 'central' monopolizado pelas atividades de direção dos grandes grupos capitalistas e do Estado e as zonas periféricas onde estão disseminadas as atividades de execução assim como dos meios de reprodução empobrecidos, mutilados, da força de trabalho (Lojkin, 1997, p.171).

Segundo o autor, existem três formas de se caracterizar e distinguir a segregação socioespacial. Ela pode representar oposição entre centro e a periferia (no primeiro o preço da terra é mais alto que no segundo), conseqüentemente há separação entre zonas de moradias (zonas populares e zonas de camadas sociais mais privilegiadas). E, por último, pode representar uma divisão categórica das funções urbanas, dividindo a cidade em zonas distintas e especializadas (zona industrial, zona residencial, entre outras). Esses tipos de segregação podem dividir o acesso aos bens de consumo, a atenção às políticas públicas habitacionais e a configuração espacial das cidades.

Beltrão Spósito (1996) lembra um aspecto fundamental para o estudo de regiões da periferia urbana. Segundo esse autor, essas áreas não se singularizam apenas pelo distanciamento dos locais de

moradia em relação aos centros urbanos – não se restringem ao sentido geométrico – mas abrangem uma complexidade social e cultural. A segregação socioespacial está diretamente relacionada, segundo Sant'ana (2006), ao desempenho socioeconômico de uma população, bem como a segregação do espaço tem impactos sobre a população. Esse custo social pode ser notado das seguintes formas: geração da má qualidade residencial, riscos ambientais e saúde, custo de moradia desproporcionais, efeitos de vizinhança, distância social, moradia em situação irregular e moradia como fator de geração de renda.

A espacialização só confirma as diferenciações sociais existentes e que se tornam espaciais, sem deixar de ser sociais. O padrão de ocupação do território alimenta essas diferenças e vai além delas: leva à segregação socioespacial e à periferização. Periferização e segregação são fatores a mais de exclusão e significam menos oportunidades de inserção da população. Em suma, quem tem mais dificuldade de acesso às oportunidades do ponto de vista social fica mais afastado delas do ponto de vista espacial e, conseqüentemente, aumentam-se os riscos da exclusão e dificuldade de inserção. Espacializadas, as tendências à desigualdade se perpetuam por inércia (Ferreira et al, 2008).

A segregação urbana parece, portanto, desencadear um conjunto de processos de reiteração da marginalização, à medida em que o isolamento sociocultural dos vulnerabilizados no mercado (de trabalho, residencial, educacional) produz tendências de desconexão da sociedade. A crescente segmentação socioterritorial é induzida por três processos nas principais regiões e áreas metropolitanas do Brasil: (1) segmentação do mercado de trabalho; (2) crise de mobilidade urbana e (3) crise do sistema de provisão de moradias (Ribeiro, 2007). Nesse sentido, há uma espécie de criação de capital social negativo, ou seja, a formação de territórios concentrando uma população vivendo o acúmulo de vários processos de vulnerabilização social, que apontam para a tendência à reprodução da pobreza e das desigualdades (Ribeiro, 2007).

Relacionado à desconexão entre as regiões central e periféricas existe também uma dificuldade notável em relação ao acesso à educação e à saúde. Sabe-se que a maternidade na adolescência é um fenômeno multicausal. A grande ocorrência de mães jovens em uma determinada região é um indicador de que esta localidade possui baixos níveis de desenvolvimento social e econômico. A segregação socioespacial é, portanto, um processo de acesso desigual à cidade e de polarização das classes sociais em relação à localização espacial, que intensifica os problemas decorrentes da maternidade na adolescência ao não proporcionar acesso aos bens sociais que minimizariam o impacto dessa maternidade na vida das jovens habitantes desses espaços.

Dois mecanismos explicam, de forma abrangente, a ligação do contexto da localidade com a situação de desvantagem social de crianças, adolescentes e jovens: mecanismos de socialização e mecanismos instrumentais. Os primeiros são relacionados à existência no meio social do bairro

(modelo de papéis sociais, eficiência normativa e eventual presença de subculturas). Os mecanismos instrumentais são relativos às condições materiais e sociais que limitam ou bloqueiam a ação individual (circulação, distância, violência, educação etc.). Além desses mecanismos, a própria qualidade das instituições pode ser pior – segundo a sua localização no espaço social das metrópoles, especialmente se localizada em um bairro popular e pobre, sobretudo se ele estiver marcado pelo estigma social por agrupar uma população socialmente desvalorizada. Há uma espécie de adaptação da instituição escolar, fazendo com que os efeitos da segregação e desvalorização social se transformem em um comportamento institucionalizado de discriminação social (Ribeiro, 2007).

A formação de territórios concentrando uma população vivendo o acúmulo de vários processos de vulnerabilização social apontam para a tendência à reprodução da pobreza e das desigualdades. A segregação urbana parece, portanto, desencadear um conjunto de processos de reiteração da marginalização, na medida em que o isolamento sociocultural dos (das) vulnerabilizados (das) produz tendências de desconexão da sociedade (Ribeiro, 2007).

A redução das condições de vulnerabilidade passa por mudanças estruturais e, apenas compreendendo e interligando seus fatores multicausais, seria possível formular políticas de superação desta condição.

1.2. A Área Metropolitana de Brasília

O caso da construção de Brasília-DF é especial no que diz respeito à organização do espaço urbano. Construída de forma a proporcionar a ampliação da distância social, existe uma oposição entre as realidades do centro de Brasília e as Regiões Administrativas mais periféricas. Como herança desse primeiro momento de construção e urbanização da cidade, é possível perceber a produção de um alto grau de segregação socioespacial, seja no mercado imobiliário, seja no mercado de trabalho, pois os estratos sociais, além de ocuparem o espaço de acordo com sua condição de classe, têm essa diferença mais acentuada, em função da estandardização caracterizadora de seus diversos espaços e da relativa homogeneização interna dos seus usuários, determinada pela divisão técnica do trabalho (Campos, 1991).

Brasilmar Ferreira Nunes no Prefácio de “Brasília: moradia e exclusão” (Paviani, org., 1996) considera que o imaginário idealizador da cidade na configuração de uma alternativa de vida urbana democrática e participativa encontrou seu limite nas condições da sociedade capitalista, injusta e desigual. Brasília, de um lado, reproduz os esquemas característicos da chamada urbanização periférica, quais sejam: segregação espacial, má qualidade dos serviços coletivos na sua periferia, dificuldades de acesso às vantagens da urbanização, problemas sociopsicológicos

decorrentes das dificuldades de adaptação dos migrantes a um novo espaço, diferente daquele de origem etc. De outro, um núcleo central (Plano Piloto) que se caracteriza por uma abundância de infraestrutura, que o transforma em um dos núcleos urbanos que oferece uma excelente qualidade de vida aos seus moradores (Ferreira Nunes, 1996).

A metrópole brasiliense² desenvolveu-se com um tecido urbano socialmente fragmentado e espacialmente polarizado, formando um mosaico multinucleado, no qual os aspectos mais preocupantes são os resíduos de inércia ao desenvolvimento, constituídos por espaços cuja função é apenas residencial de população pobre segregada, no interior do espaço metropolitano e em sua periferia externa, fora do DF (Ferreira et al., 1996). Segundo Aldo Paviani (1996), Brasília pode ser definida como metrópole polinucleada “em razão do padrão reiterado de alocação de núcleos residenciais”.

Desde o início da implantação da capital federal, as favelas e as ocupações informais dos pobres foram “erradicadas” da área planejada e a população deslocada no território e transferida para os novos assentamentos promovidos pelo poder público na periferia. Era nítido, portanto, que nem todos que para a Capital acorriam poderiam fixar residência no centro do DF. As cidades satélites dentro do DF (hoje denominadas Regiões Administrativas) foram criadas mesmo antes da inauguração da Capital, previstas para abrigar a população excedente, quando o Plano Piloto atingisse o total de 500 a 700 mil habitantes. Alguns argumentos anunciados como técnicos foram utilizados pelo Estado para expulsar a população empobrecida para núcleos urbanos, distantes do Plano Piloto, como por exemplo, de preservação ambiental e de não poluição da bacia do Lago Paranoá (Vasconcelos et al., 2006). Nos municípios goianos, a iniciativa privada promoveu loteamentos para atender a demanda do mercado constituído pela população de baixa renda, oriunda do Distrito Federal (Vasconcelos, et al. 2006).

O combate à favelização fez transferir para esses espaços criados fora do Plano urbanístico, cidades dormitórios, onde prevalecem habitações precárias, moradias de trabalhadores de baixa renda que convivem cotidianamente com o deslocamento de grandes distâncias para o centro na demanda por empregos e serviços básicos. Enquanto as políticas locais no DF limitavam a ação das forças de mercado, estas agiam fora da área controlada, ou seja, além do quadrilátero do Distrito. A oferta de pequenos lotes, a baixos preços e longos prazos para pagar, atraiu a população que pagava aluguéis

2- A Área Metropolitana de Brasília é uma regionalização informal, ou seja, não existe em legislação, uma vez que o Distrito Federal não poderia legalmente constituir uma Região Metropolitana com cidades de Goiás, por se tratar de duas Unidades da Federação. A AMB está contida na RIDE/DF – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal. A RIDE é formada pelo DF, 19 cidades de Goiás e 3 cidades de Minas Gerais. Apesar de existir claramente o processo socioespacial de metropolização na região, impedimentos de ordens institucional e legal não consideram o DF como metrópole.

nos núcleos adjacentes à Capital. Naquele momento, o migrante pobre que chega à AMB tende a buscar nessa periferia sua moradia (Vasconcelos et al., 2006).

A Área Metropolitana de Brasília, atualmente, compreende dez municípios goianos que juntamente ao DF compõem uma área integrada com características metropolitanas. Dada a proximidade geográfica desses territórios e a relação estabelecida entre seus habitantes e os serviços disponíveis nas duas unidades da federação envolvidas (GO e DF), é necessário que as peculiaridades dessa região sejam ponderadas, considerando que a centralidade da capital federal exerce e sofre influência dessas cidades em diversos aspectos, afetando suas políticas públicas de saúde, educação, transporte, trabalho, assistência social, entre outras.

Com a finalidade de servir de moradia para a população pobre, essas localidades (RAs periféricas) e municípios foram dotados do mínimo de infraestrutura. Assim, com a função exclusivamente residencial de população de baixa renda e de atividades ligadas à reprodução da mesma, não se desenvolveu nesses locais, o leque de atividades econômicas diversificadas que pudessem promover a elevação da renda e a geração de empregos qualificados (Ferreira et al., 2008).

Pode-se considerar que o espaço exerce uma forma de opressão e de exclusão. Esses territórios se formam no bojo do processo de urbanização excludente, que tem por base as desigualdades sociais e econômicas, especialmente num contexto de forte concentração de renda e de poder. A estrutura de oportunidades desses territórios configura um quadro de precariedade da ocupação, marcado por: (i) reduzida atividade econômica, (ii) desemprego, falta de oportunidades de trabalho e de geração de renda, (iii) precariedade da infraestrutura urbana, (iv) ausência e/ou dificuldade de acesso aos equipamentos urbanos, (v) distância dos empregos e (vi) precariedade da habitação e situação fundiária indefinida (Ferreira et al, 2008). Nos mapas 1 e 2 e gráfico 1, contidos no anexo deste trabalho, é possível visualizar a segmentação da renda e da vulnerabilidade no território da AMB.

Ribeiro (2007) atenta para a organização produtiva do território como fator essencial para a segregação do espaço. Na Área Metropolitana de Brasília, a atividade econômica se concentra espacial e economicamente no núcleo central, formado pelo Plano Piloto, Cruzeiro, Lago Sul, Lago Norte, Guará, Núcleo Bandeirante e Taguatinga. Com o terceiro maior PIB entre as capitais do país, o Distrito Federal tem 94,1% da sua riqueza gerada pelo setor terciário, com uma participação expressiva do setor público (59%), seguido pelo setor de comércio e serviços (20%). Os estabelecimentos públicos e privados localizam-se, sobretudo, na área central: 40% na Região Administrativa de Brasília (Plano Piloto), 17% em Taguatinga e 10,5% no Guará. Essas características levam a que 78% dos empregos formais se localizem na área central (SEDUMA, 2007 apud Ferreira et al., 2008). O PIB dos municípios goianos formadores da Área Metropolitana

expressam essa baixa atividade econômica, com exceção do município de Luziânia, oitavo PIB do estado de Goiás. O conjunto desses municípios detém 26% da população e geram apenas 5,8% do PIB da Área Metropolitana de Brasília (IBGE, 2007 apud Ferreira et al., 2008).

Ferreira *et al.* (2008) atentam para o fato de que não basta implantar equipamentos e infraestrutura nos lugares e com isso torná-los mais valorizados, pois poderá ter como consequência a expulsão da população mais vulnerável para locais com menos oportunidades. Na Área Metropolitana de Brasília, esse processo já levou à expulsão de população das áreas consolidadas para a periferia mais distante e desfavorecida. Dessa forma, os municípios goianos limítrofes tiveram um acelerado crescimento populacional, principalmente, com a fixação de famílias jovens, no início do seu ciclo familiar. São nessas localidades, onde se concentra a população jovem, que faltam atividades econômicas, empregos e infraestrutura urbana; e são nessas localidades, onde aumentam as carências, a precariedade da qualidade de vida e a violência (Ferreira et al., 2008). E também nessas localidades onde se concentram mais casos de maternidade na adolescência.

CAPÍTULO 2 – A VULNERABILIDADE SOCIAL

2.1 O contexto e as vantagens do conceito

O princípio do século XXI é marcado pela notória percepção da incerteza, insegurança e indefesa por parte da população latinoamericana. Essas sensações se relacionam a condições de vida que se alteram com modificações no acesso a emprego, renda, consumo, habitação, crédito e seguridade social, no contexto de um novo padrão de desenvolvimento que emerge nas décadas de 80 e 90. As percepções se confirmam, de certo modo, com a evidência de maior exposição dos países aos impactos adversos da conjuntura econômica internacional, com a volatilidade dos mercados, aumento da informalidade e da precariedade do trabalho. A emergência de uma sociedade de escala mundial, com crescentes níveis de globalização e descentralização, é concomitante ao processo de distribuição assimétrica de recursos, rendas, poderes e bens produzidos socialmente (Busso, 2001).

Assim, transformações nas estruturas social, política e econômica que debilitam os vínculos dos pobres urbanos com o mercado de trabalho e certas estruturas de oportunidades que são fonte de formação de recursos humanos e de capital social são essenciais para compreender como grupos sociais se veem progressivamente isolados das correntes predominantes na sociedade (Katzman, 2001). A situação socioeconômica dos anos 90 mostra que, a despeito do surgimento de novos problemas, tem se reproduzido efetivamente outros antigos. As desigualdades sociais, portanto, não são novidades e tampouco um traço característico do atual padrão de desenvolvimento (Katzman, 2001).

Segundo Busso (2001), são quatro âmbitos centrais de preocupação para a interferência na reprodução das desigualdades e desvantagens sociais: (a) desemprego e inserção precária no mercado de trabalho, uma vez que o trabalho é a principal fonte de recursos de pessoas e famílias; (b) rendas baixas, flutuantes ou inseguras; (c) a composição de domicílios, fato que inclui a razão de dependência de crianças e idosos em relação aos economicamente ativos. A composição do domicílio ou família pode configurar uma situação de desvantagem adicional para alguns grupos de população, o que contribui, junto a outras variáveis, para a produção de riscos intra e intergeracionais (CEPAL-CELADE, 1995; CELADE, 1999 apud Busso, 2001); e (d) fragmentação dos espaços sociais, que parece, segundo o autor, ter se agudizado principalmente em cidades médias e áreas metropolitanas na expressão da segregação residencial – como visto, processo importante na AMB. Essa, em suas formas extremas, separa as redes de interação entre setores sociais, debilitando o processo de integração de grupos com maiores desvantagens sociais. Para Katzman (2001) os que estão na periferia vivenciam um verdadeiro “isolamento social”, a partir da conjunção de dois elementos,

além, é claro, da própria segregação: a precariedade e instabilidade do mercado de trabalho e a segmentação dos serviços, ou seja, a existência de carências espacialmente diferenciadas relativas aos vários serviços oferecidos à população. Dessa forma, as políticas públicas têm o imperativo de interferir nos mecanismos complexos de reprodução intergeracional das desvantagens e riscos sociais, fortalecendo os recursos educativos, produtivos e patrimoniais dos grupos sociais mais sensíveis às mudanças do contexto econômico.

As mães adolescentes são entendidas como grupo social e demográfico vulnerável uma vez que têm dificuldades de conciliar a criança com atividades essenciais para sua integração na sociedade tais como a escolarização e a qualificação profissional. Vignolli (2006), Busso (2001) e Kaztman (2000 e 2001) consideram mães adolescentes como grupos vulneráveis e Barros (2006) menciona que a existência de adolescentes, crianças e gestantes aumenta a vulnerabilidade das famílias na medida em que cresce o volume de recursos per capita necessários para a satisfação de suas necessidades básicas. A condição de vulnerabilidade perpassa questões inerentes à situação dessas jovens, tais como inserção e estabilidade no mercado de trabalho, a debilidade de suas relações sociais, grau de regularidade e qualidade de acesso a serviços públicos (ou a outras formas de proteção social) (Da Cunha, 2006).

Analisar a complexidade das situações que envolvem economia, sociedade e política excedem amplamente a dimensão exclusiva da renda. A dificuldade de acesso a serviços de saúde e educação, por exemplo, pode reduzir um grupo social a uma situação de maior precariedade na qualidade de vida e de conseqüente menor integração com a sociedade. Localizados nas franjas da sociedade, esses grupos fragilizados e de baixa integração, são desfilados do processo de inclusão social (Castel, 2012).

Surge, portanto, a necessidade de se investigar a realidade desses grupos para além da dimensão de renda. O conceito de vulnerabilidade social aparece no sentido de ampliar o escopo de análise para o que define a situação de muitas pessoas e famílias: o risco social e econômico. A noção de vulnerabilidade social tem sua própria particularidade e apresenta características distintas de outros enfoques como o de pobreza, marginalidade ou exclusão social. O processo de heterogeneização da pobreza descrita por Busso (2001) encontra na noção de vulnerabilidade um apoio conceitual que excede os diferenciais de renda, uma vez que inclui esta dimensão em sua composição.

O enfoque da vulnerabilidade oferece um instrumental analítico que combina dinamicamente os níveis micro (comportamentos em indivíduos e domicílios), médio (organizações e instituições) e macro (estrutura social, padrão de desenvolvimento) para explicar a reprodução dos sistemas de desigualdade e desvantagens sociais (Busso, 2001).

Busso (2001) argumenta que a noção de vulnerabilidade remete à ideia de uma área intermediária localizada entre a integração plena e a exclusão total, da mesma forma proposta por R. Castel (2012), com a concepção de zona intermediária entre a desfiliação total e as zonas de integração. As linhas de demarcação desta área são difusas, uma vez que são afetadas dinamicamente por processos complexos que trazem acoplados a metamorfose da questão social, como são as reestruturações produtivas, as mudanças nas relações trabalhistas e na estratificação social.

A noção de vulnerabilidade tem como potencialidade contribuir para a identificação de indivíduos, domicílios ou famílias que estão expostos a maiores níveis de risco por alterações significativas nos planos sociais, políticos e econômicos que afetam suas condições de vida. As políticas setoriais de educação, saúde, habitação e emprego atuam sobre diferentes tipos de ativos e, portanto, sobre a capacidade de respostas dos indivíduos, domicílios e comunidades aos riscos que estão expostos. Deste modo, essas políticas permitem ser articuladas na noção de vulnerabilidade, dotando de maior integralidade e transversalidade os desenhos e avaliações de programas sociais (Busso, 2001).

Da Cunha (2006) considera a vulnerabilidade social como uma conjunção de fatores que tem potencial analítico para abordar a problemática social no espaço intraurbano, por se tratar de um conceito dinâmico e multidimensional, e de apreender a heterogeneidade socioespacial das metrópoles e, particularmente, fornecer subsídios mais adequados para o planejamento das políticas públicas que visam ao aumento da capacidade de resposta das famílias aos vários riscos presentes no espaço urbano.

A relação dialética entre o enfoque micro centrado nas estratégias familiares de mobilização de seus ativos e o enfoque macro (mercado, o Estado e a sociedade) que enfatiza o conjunto de oportunidades é uma das contribuições que pretende incorporar a análise da vulnerabilidade social para abordar os problemas relativos à heterogeneidade, produção e reprodução da pobreza e das desvantagens sociais (Busso, 2001).

2.2. Conceitos de vulnerabilidade social e suas componentes

A despeito do amplo uso da concepção de vulnerabilidade, o caráter essencial deste conceito refere-se ao grau de capacidade de resposta diante de situações de risco, constrangimentos ou adversidades (Da Cunha, 2006). Esse termo faz parte do vocabulário tanto da academia quanto da sociedade civil, sendo usado sob vários pontos de vista e significados (Torres et al., 2003; Cepal, 2002; Kowarick, 2002; Watts e Bohle, 1993, apud Da Cunha, 2004). Hogan et al. (2001 apud Da Cunha, 2004) notam que autores como Cutter (1996) identificam 18 tipos diferentes de definição de

vulnerabilidade³.

O conceito de vulnerabilidade segundo Da Cunha (2006) apresenta caráter multifacetado, abrangendo várias dimensões, a partir das quais é possível identificar situações de vulnerabilidade dos indivíduos, famílias ou comunidades. Tais dimensões dizem respeito a elementos ligados tanto às características próprias dos indivíduos ou famílias, como seus bens e características sociodemográficas, quanto àquelas relativas ao meio social em que estes estão inseridos. Outro conceito trazido pelo autor é que vulnerabilidade é a exposição a contingências e riscos e a dificuldade de lidar com eles. A vulnerabilidade tem, assim, dois lados: um lado externo de riscos, rupturas e debilidades no qual um indivíduo ou domicílio está sujeito; e um lado interno que é indefesa, ou seja, a falta de meios para lidar com riscos sem perda prejudicial (Chambers, 1989 apud Da Cunha 2004).

Vignolli (2006) também considera que não existe uma definição unívoca de vulnerabilidade, apesar de existir um relativo consenso, em termos genéricos, de que ela é o resultado da confluência da exposição aos riscos, da incapacidade de resposta e da inabilidade de adaptação. A vulnerabilidade para Sánchez e Bertolozzi (2007 apud Furtado, 2013) é o conceito associado à incapacidade que a família demonstra para responder adequadamente, em tempo hábil, a eventos inesperados de ordem social ou ambiental. Considera-se, por construção, que a presença de bebês, crianças, idosos, pessoas com deficiência, torna a família mais vulnerável, porque menos capaz de reagir a eventos inesperados (Furtado, 2013).

Nesse sentido, pode-se observar a perspectiva que identifica vulnerabilidade como a privação de capacidades básicas, em vez de rendimentos inferiores meramente (Sen, 1999). Os argumentos que justificam esta abordagem, segundo Amartya Sen (1999), seriam os relacionados a seguir:

1) A privação é inerente, impeditiva, restritiva na ação por mudanças; já a renda seria instrumental, ou meio – central – para gerar tais mudanças.

2) Não são somente questões de renda que influenciam de forma direta o bem-estar das famílias. Podem ser aspectos relacionados à moradia, por exemplo, tais como sua acessibilidade física e econômica, a conjuntura comunitária de sua localização ou, ainda, questões de gênero, saúde, educação e emprego.

3) As relações entre baixa renda e baixa capacidade de resposta são variáveis, de modo que famílias com níveis similares de renda podem apresentar variabilidade de grande magnitude em

3- Sobre o conceito de vulnerabilidade e desdobramentos analíticos mais sistemáticos acerca do enfoque da vulnerabilidade social no caso latinoamericano podem ser encontrados, entre outros em: C. Moser, 1996, 1997 e 1998; R. Kaztman et al, 1999a e 1999b; CELA-DE, 1999; M. Villa, 1999; E. Pizarro, 2001; Attanasio e Székely 1999; CEPAL, 2000a, 2000b e 2000c; Banco Mundial 2001; J. Rodríguez V., 2000a e 2000b.

outros aspectos e dimensões da pobreza. A questão referente à relação entre baixa capacidade e baixos rendimentos é particularmente importante se considerado o contexto de avaliação de políticas públicas direcionadas à redução da desigualdade ou redução da pobreza (Sen, 1999, p. 88).

Segundo Marandola (2009), a vulnerabilidade é um qualitativo, ou seja, envolve as qualidades intrínsecas (do lugar, das pessoas, da comunidade, dos grupos sociais) e os recursos disponíveis (na forma de ativos) que podem ser acionados nas situações de necessidade ou emergência. O autor apresenta a vulnerabilidade como neutra: não é negativa em si mesma, mas refere-se à interação risco-perigo em um determinado lugar, onde certos grupos e coletividades serão afetados (Marandola Jr., 2008a apud Marandola Jr., 2009). Como será apresentado no capítulo 3, ter filhos na adolescência não é essencialmente ruim, mas gera uma situação de possibilidade de aumento de riscos a serem corridos. São os recursos e as estratégias que as mães terão para responder ao perigo (de ter um filho), absorvendo seus impactos e danos, que determinarão como aquele perigo afetará sua realidade.

A noção de vulnerabilidade para Busso (2001) é entendida como um processo multidimensional que conflui no risco, a probabilidade de um indivíduo, domicílio ou comunidade de ser lesionado ou debilitado frente a mudanças ou permanências de situações externas ou internas. Sua característica principal tem a ver com o surgimento da interação entre uma constelação de fatores internos e externos que convergem em um indivíduo, domicílio ou comunidade em um determinado tempo e espaço.

A vulnerabilidade social se expressa, assim, de várias formas, seja como fragilidade ou falta de recursos para se defender perante mudanças contextuais, ou no desamparo institucional por parte do Estado, como debilidade interna para enfrentar mudanças e aproveitar o conjunto de oportunidades, ou ainda como insegurança permanente que paralisa, incapacita e desmotiva a possibilidade de pensar estratégias e atuar para proporcionar melhores níveis de bem-estar. As condições de indefesa, fragilidade e desamparo combinadas com a falta de respostas e as debilidades internas, podem conduzir o indivíduo, família ou domicílio a sofrer uma queda no bem-estar como consequência de estar exposto a determinados tipos de risco (Busso, 2001).

A interação entre riscos e suas intensidades, o grau de exposição a eles e as estratégias que dispõem os indivíduos, famílias, domicílios ou comunidades para enfrentá-los definirá o nível de vulnerabilidade. A noção de vulnerabilidade pode ser entendida como um processo que se relaciona em diversos níveis de análise. Assim, a partir de uma situação de vulnerabilidade inicial, pode surgir uma combinação negativa entre as suas dimensões e, portanto, pode conduzir a aumentos nos níveis de vulnerabilidade, produzindo um “círculo vicioso da vulnerabilidade” entre as diferentes unidades de análise e as várias dimensões da mesma (Busso, 2001).

Conforme Kaztman (2000), na definição de vulnerabilidade existem três elementos importantes: a exposição a certos riscos, a capacidade de enfrentá-los e a potencialidade destes de trazer consequências importantes para os afetados. Kaztman (2000) aponta que a vulnerabilidade pode ser entendida como “a incapacidade de uma pessoa ou de um domicílio para aproveitar-se das oportunidades, disponíveis em distintos âmbitos socioeconômicos, para melhorar sua situação de bem-estar ou impedir sua deterioração” (Kaztman, 2000, p.7).

O autor considera que esta condição seria resultante de uma “defasagem ou falta de sincronia entre os requerimentos de acesso às estruturas de oportunidades oferecidas pelo mercado, pelo Estado e pela sociedade e os ativos dos domicílios que permitiriam aproveitar estas oportunidades (Kaztman, 2000, p.2).” Assim sendo, a questão básica enfocada pelo conceito é a debilidade ou a força dos ativos que indivíduos, famílias ou, de maneira mais abrangente, domicílios, dispõem para enfrentar os riscos existentes no entorno, que implicam a perda de bem-estar (Busso, 2001).

A ideia geral de vulnerabilidade remeteria, portanto, “a um estado dos domicílios que varia em uma relação inversa à sua capacidade para controlar as forças que modelam o seu próprio destino, ou para combater seus efeitos sobre o bem-estar” (Kaztman, 2000, p.2).” Essas forças que afetam o bem-estar podem ser endógenas ou exógenas ao domicílio⁴. A diferença de outros enfoques sobre a pobreza que se concentram nos déficits de renda, o enfoque da vulnerabilidade tende a ressaltar a presença de um conjunto de atributos que se consideram necessários para um aproveitamento efetivo da estrutura de oportunidades existente (Kaztman, 2000).

Para melhor aplicar o conceito de vulnerabilidade é preciso destrinchar suas componentes teóricas. A relação entre vulnerabilidade, ativos, passivos, estratégias e estruturas de oportunidades (ou conjunto de oportunidades, segundo Busso, 2001) devem ser desenvolvidas conceitualmente e submetidas a provas empíricas, conforme postula Kaztman (2000).

Se o enfoque da vulnerabilidade social contém três componentes centrais, os já mencionados ativos, estratégias de uso dos ativos e o conjunto de oportunidades que oferecem o mercado, o Estado e a sociedade aos indivíduos, domicílios ou comunidades, a vulnerabilidade remete, então, à análise da relação entre o externo e o interno que apresenta determinadas características que qualificam a unidade de análise como vulnerável em função dos riscos que estão expostos (Busso, 2001).

O interno se entende como diversos níveis de agrupamento que tem sua expressão

4- A literatura menciona, de forma geral, cinco unidades de análise de vulnerabilidade: indivíduos, famílias, domicílios, comunidades e territórios. A unidade de análise para este trabalho é individual, i.e., a mãe adolescente.

territorial e temporal, assim pode ser um indivíduo, família, domicílio, grupo, comunidade ou região. Nesse sentido, a exposição a impactos e riscos provenientes do externo se combina com as características internas básicas da unidade de análise que enfrentam (uma vez que geram) mudanças em seu contexto de referência (Busso, 2001).

O externo oferece um **conjunto de oportunidades** que se vincula diretamente a níveis de bem-estar aos quais os indivíduos podem acessar em uma localidade e tempo determinados. A noção de conjunto de oportunidades se entende principalmente como a possibilidade de acesso aos mercados de bens e serviços para realizar intercâmbios e transações, com a possibilidade de acesso a recursos novos, úteis para a mobilidade e integração social (Busso, 2001 e Kaztman 2000). As estruturas de oportunidades mais importantes para o acesso a **ativos** são as que surgem da dinâmica de funcionamento entre Estado, mercado e comunidade. Cada uma dessas ordens institucionais proporcionam oportunidades de acesso a recursos que em cada lugar e momento histórico se consideram necessários para participar ativamente da vida da sociedade.

Para Kaztman (2000) entende-se por ativos o conjunto de recursos materiais e imateriais, sobre os quais indivíduos e famílias possuem e cuja mobilização permite melhorar sua situação de bem-estar, evitar a deterioração de suas condições de vida ou diminuir sua situação de vulnerabilidade. Os recursos que os indivíduos e famílias dispõem são múltiplos e inumeráveis, assim, Kaztman sugere que sejam analisados apenas aqueles ativos que permitem o aproveitamento das estruturas de oportunidades do Estado, mercado e da sociedade. Os recursos que compõem cada ativo podem estar instalados (i) nas pessoas, como características físicas e conteúdos mentais; (ii) na legislação e nos costumes, como direitos sobre bens materiais ou imateriais e sobre acesso a serviços e (iii) nos vínculos com pessoas ou instituições (Kaztman 2000).

Kaztman (2000) e Busso (2001) apresentam uma classificação de ativos, de acordo com a noção de capital, levando em conta as diferenças entre suas lógicas de produção e reprodução, entre seus usos, assim como os atributos diferenciais que tem impacto nas estratégias de acumulação, consumo, proteção ou inversão de tais ativos. O termo “capital” utilizado por Kaztman tem o mesmo sentido que o termo ativo e ambos se referem ao acúmulo de recursos para agir.

O autor propõe três tipos de ativos básicos, a saber: (a) capital físico, o que inclui bens materiais, moradia e aspectos financeiros e de produção; (b) capital humano, cujo uso mais importante se encontra na empregabilidade, e seu valor na quantidade de trabalho potencial; a qualificação profissional, probabilidade de realização e valorização no mercado, dados os atributos educativos e de saúde do indivíduo ou dos membros de uma família, assim como a capacidade de mobilizar esses recursos qualitativos de forma articulada; (c) capital social, como capacidade do indivíduo de mobilizar a vontade de outras pessoas em seu benefício sem recorrer à força ou ameaça de força. O capital

social mobilizado por uma pessoa depende do tipo de relação e intensidade dos laços com que se tem com os outros e a força das normas que regulam suas interações.

Kaztman comenta que a despeito do grande debate sobre capital social nas Ciências Sociais, o termo deve ser empregado para observar as relações sociais, familiares e comunitárias através de pesquisas domiciliares, principalmente. À diferença do capital físico que se instala nos direitos e do capital humano que se instala nas pessoas, o capital social se instala nas relações. O capital social pode adquirir um papel fundamental nos ativos familiares de grupos vulneráveis e constituir um aspecto chave que viabiliza o uso mais produtivo de outras formas de capital, assim como sua acumulação. Portanto, a disposição de certos ativos pode ser determinante para a obtenção de outros. O capital social neste trabalho pode ser entendido como relações familiares e capacidade estrutural da família.

Capital físico, humano e capacidade estrutural da família facilitam a tomada de decisão em relação a ações preventivas e recuperativas. Enfim, além da questão econômica, em sentido mais amplo, os ativos são determinantes fundamentais, porém não exclusivos, na capacidade de ação de indivíduos e família (Furtado, 2013).

Como fora dito, a vulnerabilidade social está associada a um risco potencial ante a exposição a adversidades de origem tanto interna quanto externa. Assim, os domicílios, indivíduos e comunidades enfrentam de maneiras muito diversas tais riscos. Entre as respostas que podem ser encontradas, estão as estratégias de mobilização de ativos, a diversificação de atividades para valorizar ativos e a aquisição ou geração de tipos de seguros formais ou informais contra a chance de adversidades. Nessas estratégias os setores de baixa renda e detentores de menos ativos têm desvantagens relativas que os tornam mais vulneráveis, o qual constitui um âmbito de ação por parte das políticas públicas (Busso, 2001).

Estratégia se entende como uma das formas particulares de articulação de recursos para o cumprimento de uma meta. A meta pode ser, por exemplo, melhorar a situação de bem-estar presente (estratégias de promoção) ou mantê-la, evitando sua deterioração quando esta é ameaçada (estratégias de adaptação). As estratégias podem ser traduzidas pelos comportamentos e ações observáveis a que indivíduos e famílias recorrem (Kaztman, 2000; Furtado, 2013).

O enfoque dos “ativos e estruturas de oportunidades” enfatiza a existência de obstáculos que dificultam ou limitam o acesso a ativos e oportunidades. Kaztman (2000) define **passivos** como barreiras, materiais ou não, que impedem a utilização de recursos. Sua existência impede o aproveitamento de oportunidades ou a acumulação de ativos. Vignolli (2006) enfatiza que a reprodução precoce, além de outros fatores e dinâmicas como a segregação urbana e a instabilidade e fraturas familiares, são passivos.

Como as oportunidades perdidas implicam em enfraquecimento do processo de acumulação de ativos, as situações de vulnerabilidade, muitas vezes desencadeiam sinergias negativas que tendem a um agravamento progressivo (Kaztman, 2000). É nesse sentido que se entende que ter filhos na adolescência não é, em certa medida, positivo, uma vez que se apresenta como um passivo o fato de ter mais uma pessoa não economicamente ativa a consumir e como uma perda de ativos por parte da mãe adolescente, que terá dificuldades de conciliar a criança com a escola e a qualificação profissional (ver 4.5 modelo causal).

É importante mencionar que a natureza dos ativos, passivos e estruturas de oportunidades é completamente contextual, histórica e produzida socialmente. Um exemplo é a elevada taxa de fecundidade, que foi classificada como ativo em mão de obra familiar por muitos anos no passado. Entretanto, na atualidade, isso dificilmente seria considerado um ativo (Vignolli, 2006). Antes da transição demográfica, ter um filho era um ativo no sentido de que este seria mão de obra para uma família essencialmente rural e sem benefícios de seguridade social para a velhice. Com a urbanização e a mudança nas taxas de mortalidade infantil, as crianças passam a sobreviver mais e a passar mais tempo na escola, reduzindo sua ação no trabalho. As crianças passam então a ser passivo, pois passam mais tempo economicamente dependentes da família e demandam mais recursos e oportunidades. Os custos de ter uma criança são elevados no mundo atual, pois investe-se mais nos filhos tendo em vista o mercado e a sociedade de trabalho (Lee, 2003).

A infinidade de situações que podem ser definidas nesse marco analítico deveriam induzir que, ao menos em termos de políticas públicas e do funcionamento dos mercados, choques externos tenham um menor impacto no nível de vulnerabilidade dos indivíduos e domicílios, qualquer que seja a forma que se meça o nível de vulnerabilidade e quaisquer que sejam as variáveis utilizadas. A partir dessa abordagem analítica, as políticas públicas teriam como imperativo atuar para prevenir, reduzir ou eliminar o impacto dos choques adversos externos. Supõe-se que as políticas públicas contribuam para fortalecer a capacidade de resposta dos indivíduos expostos às transformações externas, ao passo que deveriam contribuir para gerar um contexto socioeconômico mais propício à integração social e a eliminar fatores de risco que modelam o destino de grupos de população (Busso, 2001).

O conceito de vulnerabilidade social que orienta as análises deste trabalho perpassa aqueles comentados mais extensamente nesta seção. A análise empreendida traz elementos dos conceitos apresentados, julgados essenciais para a exploração e compreensão da vulnerabilidade social de jovens mães. Desta forma, a intuição que os indicadores desenvolvidos neste trabalho buscam retratar é a de vulnerabilidade no sentido de múltiplos riscos envolvendo a maternidade na adolescência e a dificuldade de ação dessas mães frente ao impasse imposto pelo mercado e pelas estruturas políticas e

sociais. Para além da questão econômica, em sentido mais amplo, os indicadores aqui construídos buscam retratar a vulnerabilidade no sentido de incapacidade de ação frente a exposição a riscos sociais e econômicos que as deixam ou deixariam, e a seus filhos e filhas, suscetíveis ao abandono do mercado, do Estado e da sociedade, sentenciadas a uma vida de exclusão e privações.

CAPÍTULO 3 – MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA

3.1 Efeito social e histórico da maternidade na adolescência

As investigações sobre maternidade e gravidez na adolescência ganham impulso nas décadas de 80 e 90 na América Latina. De orientação social ou biomédica, o interesse em pesquisas sobre o tema aumenta consideravelmente devido a alguns fatores como os sugeridos por Pantelides (2004). As taxas de fecundidade de menores de 20 anos, consideradas altas, eram vistas por profissionais e pesquisadores da Saúde Coletiva como um problema social e individual, sem levar em conta as diferenças culturais, segundo as quais, em certas sociedades, a maternidade em idades muito jovens seria a norma aceita. Temia-se que as taxas de fecundidade, principalmente a adolescente, aumentassem em vez de diminuir, conforme tradicionalmente se postula no modelo de transição demográfica (Lee, 2003).

O tema passa, portanto, a receber visibilidade como problema de saúde com o aumento proporcional da fecundidade em mulheres com 19 anos de idade ou menos. No período de 1965 a 2006, a fecundidade total⁵ no Brasil declinou aproximadamente de seis filhos para 1,8 filhos por mulher, verificando-se diferenças regionais. De fato, as taxas específicas de fecundidade de todos os grupos etários diminuíram, exceto a do grupo de 15 a 19 anos. Neste que representava 9,2% da taxa de fecundidade total, em 1980, a fecundidade passou para 13%, em 1991, e para 19,9% da fecundidade total em 2000 (Madeira, 2006). Após 2009, observa-se redução nas taxas de fecundidade adolescente no país. Contudo, a redução da maternidade na adolescência não ocorre de forma uniforme, mas apresenta desigualdades, como será abordado à frente, de acordo com o desenvolvimento social do território, sendo menor nas classes sociais mais excluídas (Ferreira et al., 2012).

O discurso tradicional sobre gravidez e maternidade na adolescência assinalava, principalmente, que os riscos para a vida e saúde da mãe e do bebê eram altos para gravidez em idades muito jovens. A preocupação também se fundamentava nas desvantagens vinculadas ao fato de se tornar mãe na adolescência, como a condução a um menor nível educacional e a um status socioeconômico em geral mais baixo (Hayes, 1987 apud Pantelides, 2004). Este argumento se relaciona com a afirmação de que a maternidade adolescente seria um mecanismo de transmissão da pobreza (Buvinic, 1992 apud Pantelides, 2004). O contra-argumento, no entanto, atenta para a

5- A TFT corresponde ao número médio de filhos que uma mulher teria ao terminar o período reprodutivo. Como a TEF se refere ao número médio de filhos que uma mulher de uma determinada idade teria em um ano, vê-se que a TFT depende do conjunto de TEFs:
 $TFT_j = n \sum_x n TEF$

evidência de que a leitura deveria ser inversa: a pobreza é que perpetua situações que levam à maternidade na adolescência, ou seja, as condições socioeconômicas preexistentes explicariam porque algumas adolescentes tornar-se-iam mães e outras não (Geronimus e Korenman, 1992; Luker, 1997; Stern, 1997 apud Pantelides, 2004).

Sob os termos gravidez ou maternidade na adolescência abriga-se uma faixa etária que, por muito tempo, foi considerada a ideal para a mulher ter filhos. Questiona-se, portanto como esse mesmo evento seja atualmente qualificado como precoce. Como foi apontado, ocorreu no Brasil, nas gerações recentes, um aumento na proporção de mulheres que dão à luz antes dos 20 anos; esse incremento, contudo, não é significativo por si só para justificar o caráter de problema social. A mobilização social em torno de um problema não necessariamente coincide com um incremento na sua magnitude: transformações processadas no contexto onde ele se insere são, muitas vezes, mais relevantes para elucidar a preocupação social que suscita. Por conseguinte, é tão importante examinar o que faz aumentar o número de gravidezes entre adolescentes no Brasil, quanto discriminar os fatores instigantes da maior visibilidade do fenômeno (Heilborn et al., 2002).

Gontijo (2006) aponta que o interesse em estudos sobre mães adolescentes coincide com um contexto histórico de discussões e mudanças nos valores referentes aos conceitos de gênero e sexo. As alterações no padrão de fecundidade da população feminina brasileira, as redefinições na posição social da mulher, gerando novas expectativas para as jovens, no tocante à escolarização e profissionalização e o fato da maioria destes nascimentos ocorrer fora de uma relação conjugal despertam atenção para o fato (Heilborn et al., 2002).

Por trás dessas mudanças encontram-se processos sociais variados e por vezes antagônicos, incluindo urbanização e expansão do consumo e da comunicação de massa, que afetam a forma como é vivida a juventude. Segundo Itaboraí (2003), por um lado há um certo rompimento com modelos tradicionais de comportamento e, por outro, falta de acesso à informação e meios contraceptivos, além de manutenção de desigualdades sociais, principalmente entre os gêneros.

A maternidade adolescente assume o estatuto de “problema social”, sustentada por um discurso médico que a caracterizou como quadro de gravidade e risco, para o qual convergem a atenção dos poderes públicos, de organismos internacionais e da sociedade civil (Gontijo, 2006; Heilborn et al., 2002). A maternidade na adolescência é muitas vezes apresentada como uma perturbação à trajetória juvenil, inserida em um discurso alarmista, moralizante e normativo (Heilborn et al., 2002).

O fenômeno em pauta, no entanto, não assume esse caráter de problema para todas. É importante identificar as condições sociais e históricas que propiciaram a emergência da gravidez e maternidade na adolescência como um problema, os atores que se mobilizam em torno dele e sua

representação atual (Heilborn et al., 2002). Desta forma, é preciso que se compreenda a construção social acerca da maternidade, isto é, empreender sua relativização. Heilborn et al. (2002) sugerem tratar os fenômenos da gravidez e maternidade na adolescência inserindo-os em um campo analítico mais amplo: o da sexualidade, gênero e juventude, sempre especificados à luz das distinções de classe. Os autores propõem uma “sociologização” do tema, expressa no intuito de contextualizar, relativizar e fazer ressaltar a heterogeneidade de experiências sob o rótulo gravidez e maternidade na adolescência.

Como as demais fases da vida, o período da adolescência não é definido pelo simples desenvolvimento biológico, mas por mecanismos culturais. Sendo assim, o momento de transição para a vida adulta não obedece estritamente à idade cronológica dos indivíduos, variando em cada grupo social e em cada tempo histórico (Souza, 1998). Entendida dessa forma, a maternidade passa a ser vista enquanto fenômeno social e conseqüentemente como uma construção sócio-histórica. Por conseguinte, uma articulação linear entre idade materna e gravidez problemática (inoportuna) frequentemente obscurece os processos socioculturais que se encontram na sua base e o encaminhamento de esforços para superá-los.

As noções de adolescente e jovem só podem, portanto, ser definidas por aproximação, uma vez que são fases socialmente estabelecidas que dizem respeito a referenciais culturais e papéis sociais (Souza, 1998). Recorrer a uma idade cronológica para definir uma idade social, desta forma, tomar fase da vida por faixa etária, é instrumentalmente útil, mas exige pressupostos de homogeneidade dos papéis nos diversos grupos sociais que podem ser controversos. Souza (1998) afirma que não se trata propriamente de um recurso “ilegítimo”, já que a idade cronológica é a única informação comumente disponível em pesquisas. Isso, no entanto, não dispensa a cautela com os termos. Ainda que seja razoável aceitar um certo grau de homogeneidade entre as idades cronológica e social em diferentes grupos, é importante lembrar sempre que se trata de uma aproximação que pode ter seu significado alterado sob novas circunstâncias culturais (Souza, 1998).

O estudo de César et al., (2000 apud Nogueira et al., 2009) aponta para uma relativização do efeito idade quando se considera o status socioeconômico dos indivíduos. A autora realizou pesquisa em Belo Horizonte para testar a hipótese, segundo a qual a maior mortalidade neonatal de crianças filhas de mães adolescentes está relacionada ao baixo status socioeconômico destas mães, e não à idade das mesmas. Os aspectos fisiológicos que determinariam uma gravidez de alto risco entre adolescentes, tais como peso, altura, estado nutricional e desenvolvimento do aparelho reprodutivo, são agravados pelas condições socioeconômicas e culturais nas quais a adolescente está inserida (Nogueira et al, 2009). Desta maneira, não é exatamente a idade um problema, o agravante está nas condições sociais e econômicas que estão inseridas essas mães e seus filhos e filhas. Condições estas

configuradas na forma de acúmulo de desvantagens sociais e econômicas. Assim, muitas complicações decorrentes da gravidez na adolescência encontram explicação primeira nas condições inadequadas de vida (como renda, nutrição, trabalho e outras), na exposição à violência (de qualquer ordem), nas desigualdades no exercício cotidiano do poder (entre homens e mulheres, entre grupos sociais, entre gerações, entre sociedade e governos) e no limitado acesso a serviços e recursos sociais (saúde, educação e outros).

A fim de testar uma possível correlação entre o indicador de vulnerabilidade social e os nascidos vivos por idade da mãe, Nogueira et al. (2009) identificam para Belo Horizonte que, embora não muito elevada, constata-se uma correlação, estatisticamente significativa, entre a vulnerabilidade social e a taxa de nascidos vivos para mulheres com idade entre 12 e 19 anos. Essa relação é positiva, indicando que quanto maior é a vulnerabilidade social em um dado setor censitário de Belo Horizonte, maior é a sua taxa de nascidos vivos para as faixas etárias das mães adolescentes. Constatou-se a presença de conglomerados com altas taxas de mães adolescentes em associação com piores condições socioeconômicas.

Quando a variável vulnerabilidade é introduzida no estudo do fenômeno da gravidez na adolescência, percebe-se que o fator idade deixa de ser o principal problema no que diz respeito às consequências de uma gravidez precoce; e que o status socioeconômico dos pais da adolescente grávida influenciará aspectos fundamentais: acesso à saúde, pré-natal, condições de educação para as crianças, dentre outros (Nogueira et al., 2009). Estudos semelhantes apontam para várias cidades brasileiras uma relação entre local de moradia e comportamento reprodutivo⁶. A espacialização das altas taxas de fecundidade adolescente coincidem com bairros e localidades pobres e de pouca infraestrutura urbana. Compreende-se, então, que a maternidade na adolescência não se constitui como um problema em si, mas ao contexto de iniquidade que a produz e reproduz, podendo fazer parte dos projetos de vida de adolescentes e até se revelar como elemento reorganizador da vida (Ferreira et al., 2012).

A despeito do discurso tradicional tratar a maternidade adolescente como problema de saúde pública e problema social no Brasil, cada vez mais estudos têm considerado a percepção da adolescente sobre a experiência da maternidade que não revelam essa unanimidade do caráter negativo da gravidez na adolescência, principalmente no que se refere a adolescentes em situação de risco social e pessoal (Gontijo, 2006).

Considerando estes aspectos, Oliveira (2002 apud Gontijo, 2006), sugere que para adolescentes pobres, provenientes em geral de núcleos familiares matriarcais, pouco provedoras de

6-D'Orsi, 1998; Gama et al., 2002; Simões et al., 2003; Martinez et al. 2011

cuidado, proteção e carinho, observa-se uma maior atração (consciente ou inconsciente) pela maternidade. Para estas adolescentes, a maternidade não era significada como algo precoce, mas sim como mais uma etapa natural do processo de desenvolvimento, sendo este aspecto também observado por Cardoso & Duran (2001 apud Gontijo, 2006). Um outro aspecto relacionado à maternidade de adolescentes em situação de risco social e pessoal, diz respeito a maternidade enquanto forma de ascensão social como um “passaporte” para a vida adulta, e como reforço para ser alguém na vida com vistas a garantir a estima de outras pessoas e um futuro melhor para e através do filho (Favéro, 1997; Pantoja, 2003 apud Gontijo, 2006).

Gontijo (2006) menciona diversos estudos que sugerem o fato de a gravidez agir como um fator de proteção para a depressão em adolescentes com características pessimistas, pontuando que adolescentes emocionalmente privadas, tem descrito sentimentos de importância, de serem especiais durante a gravidez, além de constatarem a diminuição do uso de álcool, cigarro, maconha e crack durante a gestação. O cuidado dos filhos aparentemente trazia benefícios psicossociais para as adolescentes em situação de risco social e pessoal. Gontijo (2006) considera, em seu estudo de revisão bibliográfica sobre o tema, que a maternidade pode adquirir um caráter de centralidade em suas vidas, sendo um importante fator na sua constituição pessoal e social, pois traz interferências sobre novas formas de relacionamentos, reconhecimentos sociais e de atuação em seu cotidiano (Gontijo, 2006). Assim, como confirma Moreira (2003) existe uma contradição entre o discurso sobre a gravidez na adolescência que a qualifica como um problema, e a prática cotidiana das jovens que a experimentam, principalmente no que se refere a adolescentes em situação de risco social e pessoal.

A situação afetiva e psicológica de algumas adolescentes parece ser beneficiada pela maternidade, assumindo um projeto de formação de uma família, com a aquisição de um estatuto familiar e social maternal e doméstico, situação que ocorre em substituição da construção de uma carreira escolar e profissional (Reis, 2007). A maternidade confere-lhe, então, um estatuto social de mulher adulta, permitindo-lhe um reforço da sua identidade (Simões, 2004 apud Reis, 2007).

3.2 Maternidade na adolescência como questão de classe e gênero

Reis (2007) aponta que a jovem que dispõe de poucas possibilidades de futuro, entre o não querer e o não poder continuar a estudar e vislumbrando poucas oportunidades de emprego, vê-se diante de um quadro onde a maternidade surge como uma oportunidade de dar sentido à vida e assegurar um papel ativo na sociedade.

Boa parte das (os) jovens que abandonam a escola por falta de condições ou de instituições escolares, não veem a educação como necessária para seus projetos de vida. As (os) jovens observam que os caminhos da mobilidade social que a educação abria para gerações anteriores estão fechados por conta do desemprego e que o alto grau de especialização requerida pela sociedade tecnificada não se obtém com o ensino médio, nível máximo a que podem aspirar (Pantelides, 2004).

Atualmente, segundo Pantelides (2004), muitos autores sustentam que a sequência de eventos é geralmente inversa à que se postulava no argumento tradicional de que a maternidade seria geradora de níveis educacionais baixos e pobreza. Desta forma, o abandono escolar pode ser anterior à gravidez nas idades mais jovens (Luker, 1997 apud Pantelides, 2004). Reis (2007) também menciona alguns autores que constataam que as adolescentes engravidam quando já se encontram fora do contexto escolar (Lereno, Gomes & Faria, 1996, Canavarro & Pereira, 2001 apud Reis, 2007), não existindo um projeto de vida ou mesmo, para algumas adolescentes, a maternidade surge como um projeto de vida.

Destarte, muitas jovens engravidam e têm filhos porque percebem poucas oportunidades na vida futura e os benefícios de uma maternidade mais tardia não são importantes para elas. Madeira (2006) postula que parte significativa de mães adolescentes e seus parceiros já estavam fora da escola quando ocorreu a gravidez. Várias delas já cuidavam dos irmãos, portanto, já sabiam que não podiam aspirar a um futuro muito diferente daquele que vivenciavam. Wartenberg levanta que histórias de frustrações escolares, anos perdidos e baixo rendimento, podem encontrar na maternidade uma saída para a insatisfeita trajetória dentro do sistema escola (Wartenberg, 1999).

Pantelides (2004) formula que talvez a permanência na escola não tenha um efeito “protetor”. É possível que a permanência na escola seja um indicador de “projetos de vida”, que têm um forte elemento contextual, porque dependem, entre outros fatores, da situação econômica e da situação do mercado de trabalho, e de uma componente subjetiva, isto é, vocação e impulso individual (Pantelides, 2004).

Itaboraí (2003) menciona estudos que sugerem a experiência da maternidade para algumas adolescentes como desejada diante das limitadas oportunidades de vida experimentadas por estas jovens. Nesse sentido, deve estar claro que maternidade adolescente nem sempre quer dizer não desejada, em especial porque decisões são tomadas com base no universo de possibilidades percebidas (Costa, 2000 apud Itaboraí, 2003). Como se pode depreender de algumas análises qualitativas, nas camadas mais pobres da sociedade, muitas vezes a maternidade é percebida como possibilidade de ganhar autonomia, permitindo à mulher formar sua própria família (Desser, 1993 apud Itaboraí, 2003). Estas questões devem ser entendidas, contudo, dentro do contexto mais amplo das relações sociais nesses estratos, onde a entrada precoce no mercado de trabalho ou no

matrimônio seria própria de uma passagem comparativamente mais brusca para a condição de adulto, relacionada inclusive às menores expectativas educacionais (Duarte, 1998 apud Itaboraí, 2003).

Cavasin et al. (2004) desenvolveram estudo exploratório em cinco capitais brasileiras sobre a gravidez na adolescência e a vulnerabilidade social. Nas palavras dos autores, “boa parte dessa população vive na periferia, integrando famílias de baixa renda e de baixa escolaridade, fator que reflete nas possibilidades de inserção dos jovens no mercado de trabalho e no acesso a bens e serviços. Muitas vezes adolescentes e jovens são convocados a assumir prematuramente responsabilidades para as quais não estão preparados. E, justamente por serem jovens, eles não devem ser vistos apenas como consumidores e trabalhadores em potencial, mas como um grupo socialmente vulnerável, mais exposto e sensível aos problemas enfrentados pela sociedade”. Os autores atribuem à falta de alternativas para as jovens uma das principais causas da gravidez na adolescência. As jovens de classes mais favorecidas, com perspectivas de estudo, de carreira, trabalho e lazer tenderiam, em sua opinião, a estar menos vulneráveis que as demais jovens.

A homogeneização do que seria um projeto de vida desejável (alta escolarização e trabalho qualificado) oculta a disparidade de acesso a essas possibilidades e oportunidades. Como foi apontado, para muitas jovens a realização desses objetivos está tão distante de suas realidades, que não parecem constar como projetos de vida viáveis. Além do que, os múltiplos códigos de sociabilidade jovem e contextos nos quais a cultura predominante na socialização de mulheres e meninas tem a ver com a maternidade como elemento gregário do grupo. As configurações do conjunto social, econômico e cultural nas quais estão inseridas muitas vezes as desestimulam e sobretudo as limitam a perseguir projetos de vida aceitos e desejados para as mulheres e meninas de classes médias e altas urbanas. Ser uma adolescente, pertencer às classes sociais privilegiadas ou às mais desfavorecidas, são formas de pertencimento que introduzem especificidades fundamentais no modo como sujeitos de 10 a 19 anos organizam seus projetos de vida, ensaiam a sexualidade e experimentam a própria adolescência (Heilborn et al., 2002).

O rótulo homogeneizador de maternidade na adolescência acaba encobrendo a diversidade de situações vividas e acaba por silenciar as diferenças no modo das classes sociais lidarem com a maternidade na adolescência, o que também reforça a versão estereotipada e simplificadora que se tem do fenômeno (Heilborn et al., 2002). Os condicionamentos de classe têm nítido impacto no modo como se estruturam as trajetórias escolar e de trabalho, como fora exposto. Heilborn et al. (2002) também afirmam que em contraste com a continuidade e o alongamento dos estudos dos jovens de classes médias altas, os percursos escolares das classes populares são muitas vezes breves e marcados por várias repetências e interrupções. "Mudanças de domicílio, precariedade das redes de ensino público e ainda a violência – seja nas próprias escolas, seja nas áreas onde elas se localizam –

são arroladas como razões para a evasão escolar, temporária ou definitiva. A vivência de classe incita, por isso, um ajuste contínuo das expectativas e aspirações desses jovens".

Heilborn et al. (2002) enfatizam o caráter indissociável da articulação entre classe social e gênero na compreensão do fenômeno da maternidade na adolescência. Já foi posto que o fenômeno não atinge e não tem repercussões iguais sobre todas as adolescentes, ele está fortemente associado aos contextos socioculturais nos quais se inserem.

Itaboraí (2003) atenta para o fato de que ao analisar a maternidade adolescente tendo por foco as desigualdades sociais, é preciso levar em conta além das desigualdades comuns a mulheres de uma determinada condição social, os problemas específicos do grupo jovem. Assim, as adolescentes devem ser vistas como parte de pelo menos dois tipos de estratificação social, a de classe, ou condição socioeconômica, e a geracional. Ou seja, o fato de pertencer a um determinado grupo de idade restringe certos comportamentos, como no caso da vivência sexual e do acesso à contracepção, que pode lhes ser dificultado pelo controle exercido pelos pais ou outros adultos.

É preciso lembrar que dentre os problemas específicos enfrentados pelos jovens encontra-se a ausência ou menor renda, devido ao fato de o seu engajamento no mercado de trabalho ser recente ou ainda não ter acontecido. Todavia, ao mesmo tempo, o fato de pertencer a um determinado estrato social restringe ou possibilita o acesso a serviços de saúde e à informação, além de participar da própria construção do significado da maternidade em face de outros projetos de vida. Além das dimensões de classe e geração, há que se levar em conta as relações de gênero, que permitem demonstrar as diferentes implicações da maternidade adolescente sobre a vida da jovem mãe (Itaboraí, 2003).

Em localidades onde o papel social da mulher ainda é exclusivamente o cuidado da casa e da educação dos filhos, frente às limitadas possibilidades de se emanciparem economicamente, para muitas meninas a maternidade é uma âncora social para se tornarem adultas. Em estudos dos significados da maternidade em populações de baixa renda, Oliveira (2008 apud Ferreira et al. 2012) encontra que a família ocupa posição central, enquanto a escolaridade e o trabalho tomam posições periféricas. A autora concluiu que o nascimento, a amamentação, o crescimento e a adolescência constituem-se realidades simbólicas, circunscritas, imaginadas e reproduzidas de diferentes maneiras, dependendo dos contextos socioculturais. Nas palavras da autora: "(...) ainda que a gravidez seja processada no corpo das mulheres, seus significados são construídos com base na experiência social e cultural e variam conforme a classe social, a idade, o gênero, dentre outros fatores".

Hirata e Kergoat (2007) conceituam que a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e,

simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado. Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie.

Jacqueline Laufer (1995 apud Hirata e Kergoat, 2007) concebe um “modelo de conciliação” no qual cabe quase que exclusivamente às mulheres conciliar e articular vida familiar (e doméstica) e vida profissional. Hoje, certos pesquisadores propõem substituir “conciliação”, ou mesmo “articulação”, por “conflito”, “tensão”, “contradição” para evidenciar a natureza fundamentalmente conflituosa da incumbência simultânea de responsabilidades profissionais e familiares às mulheres (Hirata e Kergoat 2007). O modelo de delegação, outro apresentado pelas autoras, trata-se de externalizar o trabalho reprodutivo, trabalho doméstico e familiar a outras mulheres, mais representativo para mulheres mais ricas.

É no contexto das desigualdades de gênero que a maternidade pode ser vista como uma desvantagem social para mulheres, em termos de mercado de trabalho e educação. Souza (1998) menciona que há diversas evidências, em estudos de gênero, que sugerem a maternidade como causa de desvantagens às mães no mercado de trabalho. Alguns, por exemplo, mostram que os modelos de família vigentes no Brasil condicionam a participação das mulheres no mercado de trabalho a fatores que não se limitam à qualificação profissional. Bruschini e Lombardi (1996 apud Souza, 1998) argumentam que a necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho, que oscilam entre atividades produtivas e funções reprodutivas que lhe são atribuídas:“(…) O estado conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade da trabalhadora, as características do grupo familiar, como sua estrutura e ciclo de vida, são fatores que estão sempre presentes na decisão de mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho, embora a necessidade econômica e a existência de emprego tenham um papel fundamental” (1996, p. 484).

Essa desvantagem poderia ser observada no declínio da participação no mercado de trabalho (taxas de atividade) nas idades de reprodução de mulheres, como ocorre em alguns países. A saída de mulheres do mercado de trabalho nas idades onde a fecundidade é maior indicaria o ponto do ciclo de vida onde ocorre redução na atividade econômica em função dos papéis relacionados à reprodução, fato que não ocorreria entre homens. A diminuição das taxas de participação refletiria as limitações que as mães encontram para conduzir simultaneamente atividades produtivas e funções

reprodutivas. Para as mães adolescentes, assim como dentre as mais velhas, filhos implicam desvantagem à medida que, sob os papéis de gênero vigentes, afetam a oferta de trabalho das mulheres ao limitar sua opção por participar ou não do mercado de trabalho. (Souza, 1998 e Hirata e Kergoat, 2007).

Ter filhos pode também ser desvantajoso à medida que afeta a demanda por trabalho. Isso ocorre quando as firmas discriminam mulheres com filhos por julgar que estas, incapazes de articular convenientemente atividades produtivas e funções reprodutivas que lhes são atribuídas, alcançam índices menores de produtividade, estão mais sujeitas ao absenteísmo e abandono do emprego e, especialmente no caso das mulheres mais novas que antecipam as idades convencionadas para reprodução, menos responsáveis ou atentas a normas sociais. Neste caso, as mulheres jovens com filhos tenderiam a receber salários menores do que as demais mulheres com qualificação semelhante (Souza, 1998).

Souza (1998) exemplifica em sua pesquisa através das PNADs, a magnitude das diferenças nas taxas de atividade entre mulheres que tiveram e as que não tiveram filhos e mostra que o impacto de filhos na participação no mercado de trabalho é especialmente forte entre as mulheres muito jovens. Proporcionalmente, as mães jovens participam menos do mercado de trabalho e, quando o fazem, têm muito mais dificuldade de conseguir empregar-se do que as mulheres sem filhos ou com filhos e mais velhas.

Ter filhos, em qualquer idade, não pode ser valorado como intrinsecamente ruim. No entanto, ter filhos não desejados representa uma limitação de liberdade e, portanto, não é difícil de ser visto como algo negativo. Em sua pesquisa, Souza (1998) mostra a situação de planejamento de fecundidade das mulheres que estão grávidas ou tiveram algum filho, segundo idade. Nela se observa que pelo menos metade das mulheres com idades abaixo de 20 anos não desejava ter tido filhos nessa idade.

Souza (1998) afirma que no Brasil, entre as mulheres jovens, escolaridade e fecundidade apresentam correlação negativa, portanto, parece correto afirmar que há causalidade nas duas direções entre educação e maternidade. Dois dos grandes problemas de educação da população jovem no Brasil, repetência e evasão, que implicam atraso na relação idade-série e baixo nível de escolaridade, estão relacionados à seletividade social do sistema de ensino (Madeira, 2006). Esta é, em parte resultado do início da transição para a vida adulta de algumas pessoas em idades ainda muito jovens. A expressão mais comum dessa transição é o trabalho em tempo integral e não é raro, especialmente nas famílias em piores condições socioeconômicas, que o período de liminaridade entre infância e vida adulta representado pela adolescência, onde seria possível a coexistência de estudos e trabalho seja, por razões diversas, reduzido.

A maternidade age como elemento de pressão que antecipa ainda mais a transição para a vida adulta, como sugerem os resultados da pesquisa de Azevedo et al. (1986 apud Souza, 1998) ao trazer evidências de que a gestação é um marco que suprime os ritos convencionais de passagem de uma fase a outra, forçando as mulheres jovens a assumir abruptamente papéis da vida adulta relacionados à constituição de família e provimento de renda que seriam incompatíveis com a manutenção de estudos.

Rios-neto (2005 apud Madeira, 2006) conclui que o movimento de postergação do primeiro filho e do casamento só ocorrerá quando houver um substancial aumento na prevalência de mulheres com maior educação na população, sobretudo quando o acesso ao ensino médio estiver mais disseminado. Madeira (2006) defende que a massificação do ensino médio traz benefícios no sentido da prorrogação da entrada na vida adulta e do progressivo amadurecimento através da exploração de possibilidades. A autora afirma que o fato de ter filhos na juventude não é em si responsável pelo empobrecimento de famílias, mas a injustiça educacional anterior a esse processo que marca a pobreza.

A educação tem sido citada de forma recorrente como indispensável tanto para avançar no desenvolvimento do país como para enfrentar a persistente desigualdade social. Essa discussão tem se concentrado nos efeitos econômicos diretos sobre a educação. Porém, como colocado no item anterior, há a questão dos efeitos indiretos da educação. Ou seja, independentemente dos seus efeitos econômicos mais diretos, a educação traz diversas outras implicações relevantes que atuam de forma indireta e colaboram para a compreensão dos mecanismos que entram o desenvolvimento e atuam na persistência da pobreza e da desigualdade (Madeira, 2006).

Pantelides (2004) chama atenção para o fato de que, primeiramente, no plano da relação com os pares afetivos, a iniciação sexual e o uso de contraceptivos são produtos de negociação, implícita ou explícita. Não se trata, contudo, de uma negociação entre iguais, tendo em vista que o homem em nossas sociedades tem mais poder sobre a imposição de sua vontade e que as mulheres seguem sendo socializadas de acordo com concepções de papéis sexuais e sociais que outorgam decisões aos homens. Nesse contexto, inseguranças afetivas expressas pelas desigualdades de poder de decisão entre gêneros as fazem consentir ou se omitir quanto às práticas sexuais e contraceptivas (Pantelides, 2004).

Madeira (2006) coloca que há evidências de que a escola contribui para melhorar a sociabilidade e a capacidade de expressão e enfrentar tensões, procurando construir consensos. Essa argumentação é válida para a maternidade adolescente, já que vários estudos destacam que a gravidez resulta também das dificuldades de entendimento, conversa e negociação entre casais jovens (Madeira, 2006).

Uma intervenção para prevenir a gravidez, seja uma campanha publicitária ou um programa

de distribuição de preservativos, é irrelevante para uma adolescente que não tem poder de tomar nenhuma decisão significativa (UNFPA, 2013). Em relatório publicado recentemente sobre a situação mundial da gravidez e maternidade adolescente, o Fundo de População das Nações Unidas afirma que em vez de conceber a menina como o problema central e buscar modificar seu comportamento como solução, os governos, comunidades, família e escolas devem entender que os verdadeiros desafios são a pobreza, a desigualdade de gênero, a violência, a discriminação, os obstáculos aos direitos humanos e a falta de acesso a serviços. O relatório considera que a maternidade adolescente mina as possibilidades que têm as meninas e mulheres de exercer livremente direitos à educação, saúde e autonomia, garantidos em tratados internacionais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (1994) e a Conferência Mundial sobre a Mulher (1995).

As origens dos efeitos negativos (na saúde, educação, trabalho e autonomia) da maternidade adolescente estão principalmente na persistente desigualdade de gênero e na discriminação em estruturas legais, sociais e econômicas o que gera estigmatização e marginalização e viola direitos humanos fundamentais. O relatório postula ainda que quando são negadas informações ou serviços necessários para a prevenção da gravidez, a autonomia das adolescentes é danificada. Da mesma forma, quando uma menina não pode usufruir de seus direitos básicos, como o direito à educação, se torna mais propensa a ficar grávida antes da idade adulta.

Posteriormente, quando estão grávidas e abandonam a escola ou são obrigadas a contrair matrimônio, seus direitos são violados. Quando são respeitados os direitos humanos das meninas, é menos provável que estas sejam estigmatizadas e marginalizadas, portanto são melhor capacitadas para converterem-se em cidadãs produtivas, empoderadas e habilitadas que podem participar como membros em igualdade de condições em sua família, comunidade e país (UNFPA, 2013). O relatório considera que os benefícios da redução da maternidade adolescente perpassam (1) melhor saúde materno-infantil; (2) maior número de meninas na escola; (3) igualdade de direitos e oportunidades; (4) aumento da produtividade econômica e acesso a emprego; (5) o potencial das meninas mais próximos de ser realizado.

Abordar a maternidade na adolescência sob a perspectiva de direitos humanos significa pensar os obstáculos que impedem que as meninas fruam de seus direitos. Essa abordagem enfoca na ampliação de capital humano das adolescentes, de forma a fortalecer suas capacidades de tomar decisões sobre sua vida e de maneira a expandir seu rol de oportunidades e possibilidades, no sentido de abolirem a maternidade como único destino e projeto de vida. Trata-se, portanto, de apontar as circunstâncias, as condições, costumes, valores e forças estruturais que perpetuam a maternidade em idades muito jovens e que tornam essas mães isoladas e marginalizadas.

É a impossibilidade de escolha, de vivência de suas potencialidades, igualdade de direitos e oportunidades e de participar do que se considera como integrado à sociedade que torna a maternidade na adolescência uma desvantagem social. Da mesma forma, a restrição a normas de gênero tradicionais que centralizam os projetos de vida das mulheres em torno das famílias e filhos (as) e as limitam à esfera reprodutiva do trabalho. É a falta de perspectiva que leva as adolescentes a não estranhar o fato de que ter filhos muito jovem é um passivo para a inserção social por meio da qualificação, da escolarização e do mercado de trabalho. Posto assim, a maternidade na adolescência é antes um problema de gênero e classe que perpetua desigualdades sociais muitas vezes ocultas por argumentos liberais de mercado, meritocracia e escolha racional. É impossível alinhar, de forma generalizada, as expectativas de uma jovem pobre residente de periferia à autonomia singular disponível para mulheres que já estão inseridas social e economicamente.

A ideia de vulnerabilidade apresenta-se mais apropriada à interpretação da problemática em foco, uma vez que evidencia e integra aspectos sociais, institucionais e individuais, na explicação e controle dos riscos a que adolescentes estão expostas. O conceito de vulnerabilidade permite abarcar diversas esferas que atuam no contexto social da jovem que a levam a experimentar a maternidade antes dos 20 anos de idade.

Esta pesquisa se pauta, primeiramente, no questionamento acerca da caracterização da maternidade na adolescência. Procura-se investigar se há uma similaridade socioeconômica entre as jovens mães da AMB, de forma que seja interpelada a influência dessas características nos seus comportamentos reprodutivos. A segunda pergunta de pesquisa orienta a construção dos indicadores que buscam identificar se a maternidade adolescente está inserida em um contexto de acumulação de vulnerabilidades.

A hipótese deste trabalho está na relação entre maternidade na adolescência e vulnerabilidade social, ou seja, postulamos que ter filhos na faixa etária considerada como adolescente é um fator de produção e de reprodução de riscos sociais e econômicos para mães e filhos. Pretendemos verificar essa hipótese na interlocução entre taxas de fecundidade juvenil e características socioeconômicas (tais como local de moradia, escolaridade, trabalho e renda e condições domiciliares e familiares).

CAPÍTULO 4 – ASPECTOS METODOLÓGICOS

4. 1. A pesquisa

Esta monografia se baseia em uma pesquisa descritiva que utiliza dados primários e secundários a fim de caracterizar a maternidade adolescente na Área Metropolitana de Brasília. Buscou-se características do fenômeno social em questão em face do conceito de vulnerabilidade social apresentado em seção anterior.

A pesquisa baseia-se, principalmente, nos dados do Censo Demográfico 2010, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicados em 2012. As variáveis selecionadas foram retiradas do banco de dados de pessoas e domicílios, correspondentes ao questionário da amostra, onde se encontram informações acerca de fecundidade, escolaridade e trabalho. A justificativa para o uso do Censo deve-se ao fato de que os censos demográficos, por pesquisarem todos os domicílios do País, constituem a única fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios e em seus recortes territoriais internos – distritos, subdistritos, bairros e classificação de acordo com a localização dos domicílios em áreas urbanas ou rurais (IBGE,2010). A investigação das características dos domicílios e das pessoas neles residentes teve como data de referência o dia 31 de julho de 2010.

Foram também utilizados dados do Sistema de Informações de Nascidos Vivos, disponibilizados pelo Ministério da Saúde, a fim de comparar resultados obtidos e complementar a análise. A fonte será sempre mencionada nos resultados.

O conceito utilizado para identificar a maternidade adolescente é a Taxa Específica de Fecundidade (TEF). De Carvalho et al. (1994) definem que a Taxa Específica de Fecundidade por idade da mulher refere-se ao quociente, em um determinado ano, entre o número de nascimentos vivos de mães em uma determinada idade ou grupo etário e o número de mulheres nesta mesma idade ou grupo etário ($x, x+n$).

$${}_nTEF_{x,j} = \frac{{}_nN_{x,j}}{{}_nQ_{x,f,j}}$$

A análise da fecundidade pode ser feita a partir de dois referenciais temporais. Chamado de fecundidade corrente, este conceito inclui apenas os filhos tidos no ano anterior ao da pesquisa até o momento da realização da mesma (período de referência de 12 meses, i.e, agosto de 2009 a julho de 2010). O segundo referencial, parturição, considera a quantidade de filhos tidos durante toda a vida reprodutiva até o momento da pesquisa. Desta forma, apresenta o quantitativo acumulado de filhos tidos por mulher. Neste trabalho será utilizado essencialmente o conceito de parturição para compor os indicadores de vulnerabilidade. Outra maneira de observar a fecundidade utilizada é a análise da

porcentagem de nascidos vivos de mães adolescentes para determinada localidade no ano de 2010. Este indicador é transversal e permite a compreensão do evento apenas no ano de referência.

A escolha do termo maternidade na adolescência deve-se ao fato de que as informações do Censo Demográfico só permitem analisar a experiência da fecundidade. Na literatura é recorrente o uso do termo “gravidez na adolescência”, mas sabe-se que o fenômeno da gravidez é muito mais amplo que o da maternidade. As taxas de fecundidade são sempre menores que as taxas de gravidez, uma vez que estas incluem abortos espontâneos e provocados, natimortos e interrupções na gestação, ao passo que a fecundidade inclui unicamente os nascidos vivos (UNFPA, 2013).

4.2. A idade como critério instrumental

Embora a adolescência seja um assunto amplamente abordado na literatura científica, não se encontra um consenso sobre a definição da faixa etária na qual se enquadra. Essas controvérsias se justificam pelo caráter multifacetado da adolescência, sendo esta definida de acordo com as especificidades dos pesquisadores (Gontijo, 2006). Para citar alguns argumentos utilizados na literatura, a adolescência pode ser delimitada por fatores legais, processos psicológicos e biológicos, vivências sociais e econômicas. As teorias elaboradas sobre a adolescência e pesquisas sobre esta fase da vida estão diretamente relacionadas com a época e a cultura nas quais estão inseridas. O conceito de adolescência representa uma construção social elaborada geralmente a partir do que biologicamente é a puberdade. Segundo Grossman (1998, apud Reis, 2007), a ideia do que hoje chamamos de adolescência surge apenas a partir do século XVIII.

Em termos legais, a adolescência no Brasil é circunscrita pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8.069/90 (BRASIL, 1990 apud Gontijo, 2006), como o período de vida que vai dos 12 aos 18 anos de idade. Das pesquisas revisadas para a composição deste trabalho foram encontrados os mais diversos recortes temporais para o período da adolescência e da maternidade adolescente. Reis (2007) analisa os nascimentos de mães de 10 a 19 anos, ao passo que Gontijo (2006) o faz para as que tem entre 12 e 18 anos, segundo referencial do ECA. Pantelides (2004), menciona pesquisas realizadas na América Latina que investigam grupos de adolescentes de 12 a 19 anos, outras de 15 a 18 anos e algumas de 15 a 24 anos. De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, se considera criança toda pessoa menor de 18 anos de idade (1989).

O marco teórico para investigação de idades reprodutivas, considera o período reprodutivo de mulheres o que está entre 15 e 49 anos de idade (OMS, 2011). É notório que existem nascimentos de mães mais novas e mais velhas que esse referencial, mas que não são estatisticamente relevantes para análises demográficas ou econômicas. O mesmo relatório da OMS, no entanto, considera a faixa de 10 a 19 anos, a adolescência, como uma etapa do ciclo de vida importante para a saúde. No Marco

Teórico e Referencial para a saúde reprodutiva e sexual de jovens e adolescentes do Ministério da Saúde (MS) (2006) é considerada adolescência o período de 10 a 24 anos como foco para políticas de saúde sexual e reprodutiva. A investigação da fecundidade nos últimos Censos Demográficos (2000 e 2010) abrangeu a faixa etária de 10 a 14 anos como idade reprodutiva. Segundo o MS (2006) tal consideração tem resultado em ganhos de informações importantes para a formulação de políticas públicas. Antes dos anos 2000, portanto, eram raros os dados de fecundidade para a faixa de 10 a 14 anos.

Apesar de as Nações Unidas definirem como adolescente toda pessoa entre 10 e 19 anos de idade, a maioria das estatísticas e estimações comparáveis no mundo estão disponíveis para mães de 15 a 19 anos de idade. O relatório do UNFPA (2013) considera que o grupo de adolescentes de 15 a 19 anos é amplamente estudado e foco de políticas públicas, mas atenta para o fato de que as meninas mais vulneráveis, e as que tem um maior risco de sofrer complicações ou morrer de parto, tem 14 anos ou menos. Em pesquisa exclusiva para a faixa etária de 10 a 14 anos, Cavasin et al. (2004) apontam que adolescentes nesta idade são menos maduras que as de 15 a 19 anos, estão mais suscetíveis à falta de informação e mais expostas à violência sexual pela própria falta de autonomia para negociar suas relações sexuais.

Foi definido para esta pesquisa como grupo de análise, meninas de 10 a 19 anos completos. Considerou-se a faixa etária de 10 a 14 anos por dois motivos: (1) a base de dados principal utilizada no trabalho considera a faixa como reprodutiva (Censo, 2010) e (2) a relevância sociológica de tal grupo etário para experiências de vulnerabilidade.

Ressalvas foram feitas anteriormente neste trabalho com relação à homogenização de meninas sob o mesmo grupo etário de análise, mas que podem ter vivenciado experiências distintas. As fronteiras cronológicas são uma referência para a delimitação de políticas, mas na vida concreta e na experiência singular de adolescentes e jovens, tais fronteiras não estão dadas de um modo homogêneo e fixo (MS, 2006). A utilidade instrumental da idade como marco para o que se chama aqui de precoce e adolescente é a justificativa para esse recorte. Uma investigação mais qualitativa poderia ser feita com o uso de outras técnicas de pesquisa complementares à utilizada. O intuito desta pesquisa é tornar um evento social demasiado complexo possível de ser medido e comparado a partir da redução quantitativa em grupos e categorias previamente estabelecidas.

Vale acrescentar que populações trazem um conceito descritivo e empírico, habitam o domínio das políticas públicas e são identificáveis, classificáveis e descritíveis por critérios empíricos ou comportamentais, e são abertas a técnicas estatísticas. O conceito de população torna acessível um conjunto de instrumentos racionalmente manipuláveis para alcançar largos setores dos habitantes de uma localidade enquanto alvos de suas intervenções. De fato, como Michel Foucault

apontou, uma importante característica do regime de poder contemporâneo é uma certa "governamentalização do Estado". Esse regime garante sua legitimidade não apenas através da participação dos cidadãos em questões de Estado, mas por este se proclamar provedor do bem-estar da população. Sua racionalidade não é uma honestidade deliberativa, mas uma noção instrumental de custos e benefícios (Chatterjee, 2004). Foucault (1979) conceitua em "Governamentalidade" a população e a melhoria das suas condições de vida como objetivo final do governo. A população será o objetivo que o governo deverá levar em consideração em suas observações, em seu saber, para conseguir governar efetivamente de modo racional, disciplinar e planejado. A governamentalidade é qualificada como o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população. Tal definição permite compreender que o Estado governamentalizado tem como questão política fundamental as técnicas de governo e que a identificação de vulnerabilidades pode ser entendida como técnica intergovernamental de identificar populações cujas características apontam para a necessidade de tratamento categorizado e específico. Os instrumentos que o governo utiliza para alcançar esses fins compreendem os saberes estatísticos, sociológicos e demográficos que quantificam fenômenos sociais de forma a reduzir a complexidade da realidade a fim de torná-la compreensível analiticamente e passível de intervenções. A investigação de uma população serve como técnica e instrumento não só para governos, mas também para organizações da sociedade civil como objetivo de otimizar qualidade de vida e amenizar problemas de toda sorte.

O objetivo deste trabalho não é esgotar as possibilidades de tratamento e abordagem da maternidade na adolescência, tema conceitualmente interdisciplinar, complexo e extenso. Mas sim oferecer um instrumento teórico e empírico para pensar as implicações socioeconômicas de ter um filho na faixa etária convencionada como adolescência. Dada a complexidade da realidade, este trabalho se compõe de um registro fotográfico, estático, de um fenômeno infinitamente mais amplo.

4.3. O espaço observado

Atualmente o Distrito Federal conta com 31 Regiões Administrativas, divisões de natureza político-administrativa, inerentes à composição do DF (CODEPLAN, 2012). Na prática funcionam como típicas cidades, mas com a particularidade de não possuir municipalidade, assim, não há prefeitos nem vereadores e sim administradores regionais e secretários indicados pelo GDF. No Plano Urbanístico de Brasília, as cidades satélites (atualmente RA) estão previstas como núcleos periféricos ao Plano Piloto. Com a evolução da ocupação territorial surgiu a necessidade de se criar núcleos habitacionais com a finalidade de facilitar a administração dessas localidades (CODEPLAN, 2012).

À época do Censo 2010, só estavam disponíveis para o IGBE o georreferenciamento de setores censitários das poligonais de 19 RAs, portanto, este trabalho manterá o número. É importante ressaltar que essa divisão compreende localidades muito heterogêneas sob a mesma legenda, por exemplo, a RA Varjão, de renda baixa, estava incluída na RA Lago Norte, de renda média muito alta, em 2010 (ver anexo).

Com a finalidade de otimizar a análise, foram feitas divisões no espaço da AMB, de forma a agrupar, segundo perfil econômico de sua população, localidades semelhantes. Será utilizada a divisão feita pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do DIEESE/GDF que classifica as localidades do Distrito Federal em três grupos segundo a renda média familiar. Outros trabalhos também sugerem essa divisão a fim de agrupar o campo de análise de observações por características semelhantes (Ferreira, et al, 2008), (DIEESE, 2011a).

As localidades incluídas no Grupo 1 são as de mais elevada renda: Plano Piloto, Lagos Sul e Norte. O Grupo 2 é muito heterogêneo, com localidades de rendas mais elevadas e intermediárias, Cruzeiro, Guará, Núcleo Bandeirante, Taguatinga, Sobradinho, Candangolândia, Riacho Fundo e Planaltina. Já no Grupo 3 estão as localidades de menores rendas médias no Distrito Federal: Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Recanto das Emas (DIEESE, 2011b). Este trabalho considera ainda, um quarto grupo composto pelas cidades de Goiás integrantes da AMB: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina, Padre Bernardo, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso.

4.4. Operacionalização do conceito de vulnerabilidade

A abordagem da vulnerabilidade em pesquisa demanda não apenas a delimitação e o representamento do conceito, mas a explicitação metodológica daquelas variáveis e componentes que constituem a análise. A identificação de tipos e condições que originam a vulnerabilidade para indivíduos, domicílios ou territórios é o primeiro passo para determinar se é necessário e, no caso de ser, qual o tipo de intervenção necessária para reduzir ou prevenir os riscos (Busso, 2001).

O desenho de políticas locais e nacionais para diminuir as condições de vulnerabilidade de certos grupos tem estreita relação com o tipo de vulnerabilidade que se pretende atingir. Existem múltiplos critérios para delimitar o escopo da vulnerabilidade com a finalidade de especificar medidas: objetivos políticos, níveis de agregação e dimensões analisadas. A construção do enfoque exige realizar e sistematizar investigações que permitam integrar diversas perspectivas, de tal modo a avançar na identificação, mecanismos, resultados e efeitos da vulnerabilidade sobre os diversos níveis de agregação (Busso, 2001).

Segundo Kaztman (2000), as fontes de vulnerabilidade social mais relevantes estão relacionadas com os fenômenos de precariedade e instabilidade laboral vinculados ao funcionamento do mercado e com a desproteção e insegurança ligadas à diminuição do Estado e o enfraquecimento das instituições primordiais, família e comunidade. O autor menciona quatro processos que perpassam a vulnerabilidade: a precariedade, instabilidade e consequente segmentação do trabalho, a segmentação de serviços, a segmentação na educação e a segregação residencial. Busso (2001) considera que a exposição a riscos dos indivíduos, domicílios ou territórios, depende de uma constelação de fatores difíceis de capturar em um único indicador, por isso, um conjunto de indicadores é uma aproximação mais razoável para analisar os níveis de vulnerabilidade. Pantelides (2004) na análise de aspectos sociais da maternidade adolescente na América Latina sugere a investigação do que nominou contexto social próximo, composto das seguintes variáveis: (a) lugar de residência, pois este resume uma realidade que a autora sintetiza como “estilo de vida” e compreende desde acesso a educação e trabalho à socialização com o meio social e cultural; (b) estrutura familiar e grupos de sociabilidade, no sentido do âmbito protetor; (c) serviços de saúde sexual e reprodutiva; e (d) condições socioeconômicas, medidas pela renda familiar.

A literatura metodológica recente sobre vulnerabilidade social apresenta índices que buscam descrever a qualidade de vida das famílias ou, de forma oposta, a vulnerabilidade familiar. Estes são comumente multidimensionais, de forma que não apenas a renda é vista como determinante das condições de vida, mas também o são a habitação e o acesso à urbanidade, ao trabalho, ao conhecimento, enfim, às oportunidades (Furtado, 2013). No entanto, índices de qualidade de vida multidimensionais se restringem à disponibilidade de dados presentes nas pesquisas domiciliares de larga cobertura.

Barros et al. (2006) sugerem uma metodologia de construção e atualização de índices para a pobreza e vulnerabilidade de lugares e domicílios com base em indicadores de composição e arranjo familiar, educação, trabalho, escassez de recursos, desenvolvimento infantil e carências habitacionais. Furtado (2013), utiliza-se de semelhantes indicadores para analisar a vulnerabilidade das famílias segundo recortes geográficos para o Brasil.

A produção de indicadores na escala intraurbana e intrametropolitana pode ser encontrada em Nahas, 2002; SEADE, 1992; Rocha; Vilela, 1990 e, no âmbito municipal, com intensa utilização de dados em Golgher, 2008 (apud Furtado, 2012). C. García Serrano et al. (1998 apud Busso, 2001) indicam que para medir indicadores de capital humano é necessário que se investigue aspectos como educação, saúde e trabalho. No que tange a capital social, indicam a rede de familiares e amigos. O domicílio, características e existência de problemas, seria a terceira dimensão analisada, construindo, assim, indicadores para cada nível que os indivíduos acessam. N. Perona et al. (2001 apud Busso,

2001) propõem seis dimensões de indicadores a serem trabalhados a partir de pesquisas domiciliares que seriam agrupadas em dois níveis, o primeiro familiar-doméstico: dimensões habitacional e características sociodemográficas do domicílio, e o segundo nível na dimensão do indivíduo: educacional, trabalhista, relacional, e econômicas.

As componentes são intercedentes, ou seja, uma mesma característica pode conter traços de várias componentes ao mesmo tempo. O contexto comunitário, por exemplo, é uma fonte de capital social em várias de suas formas, segundo Kaztman (2000), no entanto, aqui é analisado na perspectiva de condições habitacionais através da variável local de moradia. Outro exemplo é quando o local de moradia implica em estereótipos no momento da busca por emprego, causando maior desagregação social (Da Cunha, 2006).

O que se intenta dizer é que a interpretação dos dados não deve se restringir ao significado da classificação atribuída, mas à complexidade das relações sociais e econômicas reais, muitas vezes compostas de contradições e heterogeneidades. Como fora dito anteriormente, tal estudo baseia-se em uma metodologia de compreensão da realidade na qual as estruturas e produções sociais foram reduzidas a classificações homogêneas indicatórias. Portanto, foi utilizado o maior número possível de variáveis de forma a tornar a análise menos simplista. O objetivo de tal redução é meramente instrumental.

O objetivo é procurar nas variáveis do Censo 2010 indicadores que apontam para a instabilidade e para o risco de vulnerabilidade considerando-se as dimensões social, educacional, residencial, laboral e financeira de mães adolescentes. A escolha das variáveis deu-se com base na literatura supramencionada nesta e nas seções anteriores, adaptadas ao escopo dos dados utilizados e do grupo social objeto deste estudo. A unidade de análise de referência para esta pesquisa é individual, isto é, a mãe adolescente. Na compilação de indicadores que podem demonstrar a vulnerabilidade de mães adolescentes intenta-se criar um panorama da situação desse grupo na AMB. Abaixo são discernidas as componentes dos indicadores utilizados.

4.4.1. Indicadores de Condições Habitacionais

As disparidades de inserção e as diferenças quanto a proteção e estabilidade laboral também se manifestam na localização das classes no território urbano. Uma das expressões mais notórias da redução dos âmbitos de interação informal entre distintos estratos socioeconômicos é a progressiva polarização na composição social dos bairros (localidades). A polarização espacial das classes atuará como um cimento das desigualdades que impedirá um posterior aumento da equidade. Bairros com alta densidade de lares com privações materiais e aspirações frustradas são campo fértil para aparição de comportamentos de risco e subculturas marginais (Kaztman, 2001).

Kaztman (2000) afirma que há um impacto significativo na composição social de bairros e localidades sobre comportamentos de risco de crianças e jovens, tais como o abandono ou atraso escolar e a maternidade adolescente. O autor coloca ainda que a homogeneidade na composição social dos bairros é um fator que tende a empobrecer a capacidade comunitária para gerar o tipo de capital social que facilita o logro de metas individuais e coletivas. Em uma revisão exaustiva da literatura estadunidense acerca dos efeitos dos bairros sobre uma série de comportamentos considerados de risco, Jencks e Mayer (1990 apud Kaztman, 2001) encontraram abundante evidência acerca dos efeitos de contextos urbanos segregados e homogeneamente pobres sobre o rendimento educativo, sobre as condutas delituosas ou relacionadas ao uso de drogas e sobre a maternidade adolescente.

Outro estudo realizado em Montevideu por Kaztman (coord.,1999) comprovou o efeito da composição social do bairro sobre o rendimento educativo, a maternidade adolescente e sobre o êxito de jovens no mercado de trabalho. Os resultados desse estudo corroboram para a importância do grau de homogeneidade na composição social do bairro como fator determinante para a emergência de comportamentos de risco. As componentes de risco dos comportamentos analisados residem justamente em sua capacidade de funcionar como barreiras à acumulação de ativos que são necessários para explorar as oportunidades apresentadas no mercado, na sociedade e no Estado (Kaztman, 2001).

É importante destacar, no entanto, que as variáveis espaciais não se limitam a aspectos que podem ser contabilizados, mas envolvem também simbolismos e identidades construídas em torno de lugares que, mesmo degradados social ou economicamente, podem manter sua capacidade aglutinadora e atratora de população (Firey, 2006 apud Marandola et al., 2009). Associar pobreza e degradação urbanística com vulnerabilidade, portanto, pode ser uma relação causal simplista, que não se sustenta quando se presta atenção aos efeitos da vizinhança na capacidade das pessoas de lidarem com os perigos a que estão expostas (Marandola et al., 2009).

Os indicadores que compõem a dimensão de condições habitacionais buscam refletir de forma mais abrangente a moradia como instrumento de inserção social e elemento de suporte contra a vulnerabilidade. Neste sentido, a condição de domicílio próprio, por exemplo, reforça o fato de que, em evento de desocupação laboral dos adultos do domicílio, não há necessidade imediata de arcar com custos de aluguel da habitação (Furtado, 2013). Buscou-se incluir na vulnerabilidade da habitação elementos de localização espacial, identificando qual RA ou cidade goiana de moradia. Como mencionado anteriormente, a AMB apresenta relevante segregação espacial, o que permite inferir que o local de residência é uma *proxy* para renda, acesso a mercado de trabalho e a serviços. Da Cunha (2006) chama atenção da importância do preço do solo urbano para a (re) produção da

vulnerabilidade e tal fato é bastante marcante na AMB, no que diz da homogeneidade das localidades e da consequente segregação, uma vez que o modelo centro-rico/periferia-pobre se realiza na região.

Outro componente se refere à qualidade intrínseca da habitação em relação à quantidade de moradores no domicílio. A situação urbano ou rural também foi investigada, apesar de a área rural na AMB ser pouco expressiva, pode apresentar comportamento reprodutivo diferenciado, além de maior dificuldade de acesso a serviços públicos e de educação, por exemplo. As condições habitacionais também guardam estreita relação com as condições de saúde na forma de disponibilização de serviços de infraestrutura como água encanada e saneamento básico (Barros, 2006).

Tabela 1 – Indicadores da componente de condições habitacionais

Indicadores da componente de condições habitacionais	Critérios	Variáveis
		Censo 2010
Local de moradia	Município ou Região Administrativa do DF	V0002 – (GO) V0004 – (DF)
Situação do domicílio	Rural ou urbano	V1006
Condição de ocupação do domicílio	Se próprio, cedido ou alugado	V0201
Densidade morador/cômodo		V6203

4.4.2. Indicadores da Componente Social

Diferentes tipos de suporte familiar, estabelecidos a partir de relações de parentesco permitem identificar indicadores de capital social. Normalmente, considera-se a idade das pessoas e sua posição na organização familiar. No entanto, a investigação no presente trabalho refere-se a uma unidade individual, a mãe adolescente e sua relação com a família. Existe abundante evidência no sentido de que variações na estrutura familiar se associam a variações em capacidade de socialização e, em geral, na capacidade da família para prover proteção e segurança a seus membros (Kaztman, 2000). O autor argumenta que, apesar da escassez de estudos sobre a transmissão intergeracional de capital social, é possível supor que filhos de lares incompletos contarão com menos recursos deste tipo que aqueles que nascem em lares completos. Isso se deve ao fato de que a ausência de um dos cônjuges implica em uma rede familiar menor, não apenas do cônjuge, mas de seus correlatos, ou seja, potenciais provedores de proteção e contatos. O suporte social seria a possibilidade de que vínculos entre as pessoas garantiriam uma certa proteção em termos de integridade física e psicológica dos indivíduos. As adolescentes mães que beneficiam de um apoio sólido por parte da sua família têm maior probabilidade de seguir os estudos e trabalhar fora de casa (Reis, 2007).

O caráter mais estável das relações familiares também levaria em conta que a continuidade dos vínculos aumentaria as chances de a família ser uma transmissora efetiva de recursos. As relações intradomésticas funcionam como ativo não apenas para a mãe adolescente, como também para seu filho. Souza (1998) afirma que a família age como peça importante do sistema de solidariedade social já que é capaz de redistribuir seus recursos em auxílio de membros incapacitados ou em situação desvantajosa. Os indicadores da componente social buscam, então, identificar as mães adolescentes que vivem em companhia de cônjuges ou parceiros e a composição da sua rede familiar no local onde mora.

Tabela 2 – Indicadores da componente social

Indicadores da componente social	Critérios	Variáveis	
		Censo 2010	
Presença de companheiro(a) ou cônjuge	Estado civil e vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a)	V0637	V0640
Posição na composição familiar	Relação de parentesco ou de convivência com a pessoa responsável pelo domicílio	V0502	
Presença da mãe	Se a mãe da adolescente é viva e mora com ela	V0604	

4.4.3. Indicadores da escassez de recursos

A escassez de recursos é caracterizada pela renda do domicílio somando-se os rendimentos provenientes de trabalho dos moradores e de programas sociais ou transferência de renda. Pantelides (2004) aponta que se observadas as taxas de fecundidade adolescentes segundo quartis de renda para alguns países da América Latina, as taxas do quartil mais pobre são de quatro a nove vezes maiores que as do quartil mais rico.

Tabela 3 – Indicadores da componente escassez de recursos

Indicadores da componente escassez de recursos	Critérios	Variáveis	
		Censo 2010	
Rendimento familiar per capita	Em reais e salário mínimo	V6531	V6532
Rendimento proveniente de programas sociais ou transferência de renda	Rendimento mensal habitual de outros programas sociais ou de transferências	V0658	

4.4.4. Indicadores de acesso ao conhecimento

Não há dúvida que em economias que se sustentam cada vez mais no conhecimento, o sistema educativo se converte no canal por excelência de mobilidade social. A educação prepara as meninas para o trabalho e para a subsistência, melhora sua autoestima e sua posição no lar e na comunidade. Ainda lhes permite influenciar mais nas decisões que afetam sua vida. A educação também reduz a probabilidade de casamento infantil e atrasa a maternidade. O abandono da escola por conta de gravidez ou outro motivo, pode pôr em risco as perspectivas econômicas da menina e pode excluí-la de outras oportunidades (UNFPA, 2013).

A relação inversa entre nível de educação e fecundidade é possivelmente a mais documentada e parece cruzar as barreiras culturais, pois se verifica em praticamente todos os países, também para o caso da fecundidade adolescente (Singh, 1998 apud Pantelides, 2004). Souza (1998) aponta que há causalidades em duas direções: por um lado filhos reduzem as chances de escolarização e, por consequência, o nível educacional das mulheres e, por outro, um baixo nível educacional está associado a uma maior propensão a ter filhos, o que coloca as mulheres que tiveram filhos em um círculo vicioso.

O nível educacional da mulher também pode ser usada para mensurar desigualdades no acesso à saúde sexual e reprodutiva. Autores que discutem o conhecimento e autonomia capazes de tornar alguém sujeito de sua própria sexualidade já enfatizaram também os diferenciais relativos ao nível educacional (Itaboraí, 2007). Itaboraí encontra que na PNDS de 1996, mulheres mais escolarizadas começam a ter relações sexuais mais tarde.

A dimensão acesso ao conhecimento quantifica, de um lado, a presença de mães analfabetas ou baixa escolaridade e, de outro lado, a defasagem idade-série típica quando adolescentes engravidam, uma vez que se ausentam da escola para o parto e puerpério. O tipo da escola, se pública ou particular, auxilia a identificar a localização dessas mães e a focalizar políticas de educação e saúde sexual. A deserção de amplos setores das classes médias do sistema de educação pública está dando lugar a subsistemas educativos nitidamente diferenciados quanto à composição social dos estudantes e à qualidade do ensino (Kaztman, 2000). A segmentação educativa implica um progressivo debilitamento das oportunidades de interação em condições de igualdade entre crianças e jovens de distintas origens sociais e, como tal, uma redução das oportunidades de acumulação de capital social para aqueles provenientes de lares mais desfavorecidos.

Tabela 4 – Indicadores da componente acesso ao conhecimento

Indicadores da componente acesso ao conhecimento	Critérios	Variáveis
		Censo 2010
Analfabetismo	Sabe ler e escrever	V0627
Frequência à escola	Escola particular ou pública	V0628
Defasagem idade/série	Série/ano que frequenta	V0630 V0631

4.4.5. Indicadores de acesso ao trabalho

O trabalho na adolescência tem significado controverso. O fato de trabalhar antes dos 16 anos pode ser interpretado como indicativo de vulnerabilidade, uma vez que a (o) adolescente deveria estar na escola. Quando um (a) adolescente trabalha, poderia significar que seu nível educacional está aquém do ideal, o que faz com que este (a) jovem assuma um posto de baixa qualificação. Essa reflexão será melhor discutida no capítulo seguinte, juntamente aos resultados.

Tabela 5 – Indicadores da componente acesso ao trabalho

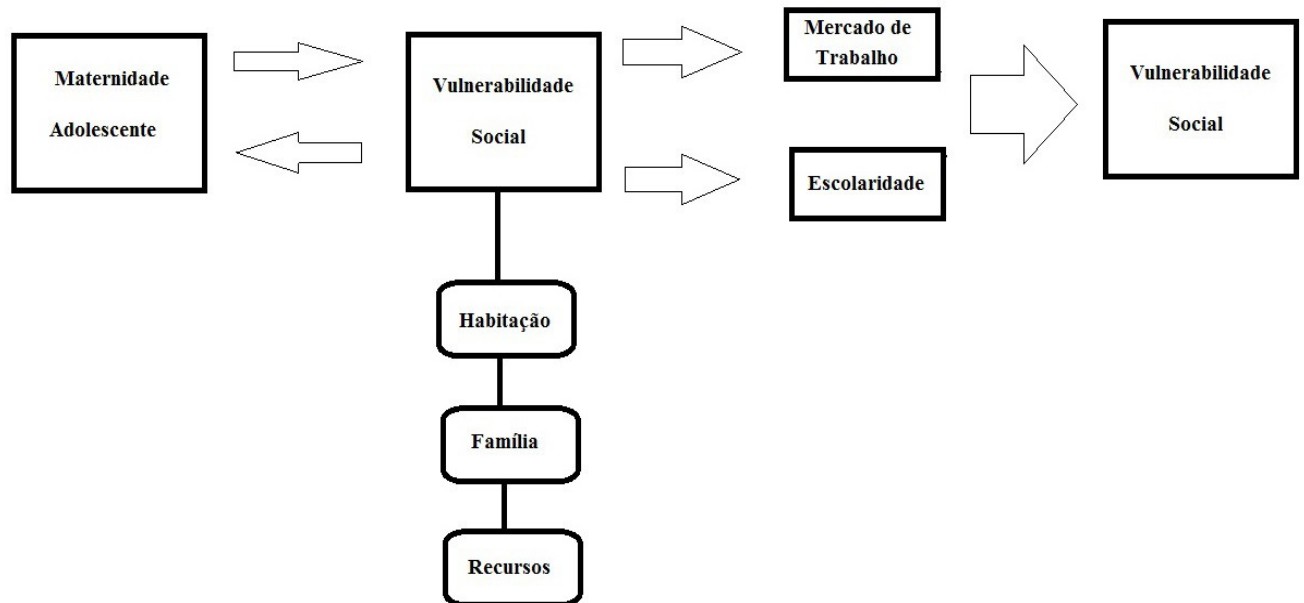
Indicadores da componente acesso ao trabalho	Critérios	Variáveis
		Censo 2010
Possui trabalho remunerado ou gratificado	Trabalhou ganhando em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios	V0641
Busca por trabalho	Tomou alguma providência, de fato, para conseguir trabalho	V0654
Situação de ocupação e condição de atividade	Se economicamente ativa e/ou ocupada	V6900 V6920
Posição na ocupação do emprego no trabalho principal		V6900

4.5 O modelo causal

Com a finalidade de resumir o sentido lógico das análises empreendidas, foi construído um fluxograma com os processos de vulnerabilidade social, suas componentes e a relação com a maternidade adolescente, entendido a partir da literatura reportada. A função do modelo causal é tão somente condensar o escopo da análise empírica e relacioná-la com a literatura. Entende-se que as causas da maternidade na adolescência são múltiplas e difíceis de determinar linearmente. No entanto,

foi demonstrado que ela ocorre principalmente em situações onde jovens estão envoltas em vulnerabilidade social. Quando concretizada, a maternidade na vida da jovem a conduz a experimentar processos que levam à vulnerabilidade, como atraso ou abandono escolar e inserção precária no mercado de trabalho, gerando um círculo vicioso de fatores que acarretam em mais vulnerabilidade social a partir das próprias condições vulneráveis. A figura 1 exibe as componentes dos indicadores avaliados dentro do escopo de vulnerabilidade social como (re) produtoras da maternidade na adolescência.

Figura 1:



CAPÍTULO 5 – RESULTADOS

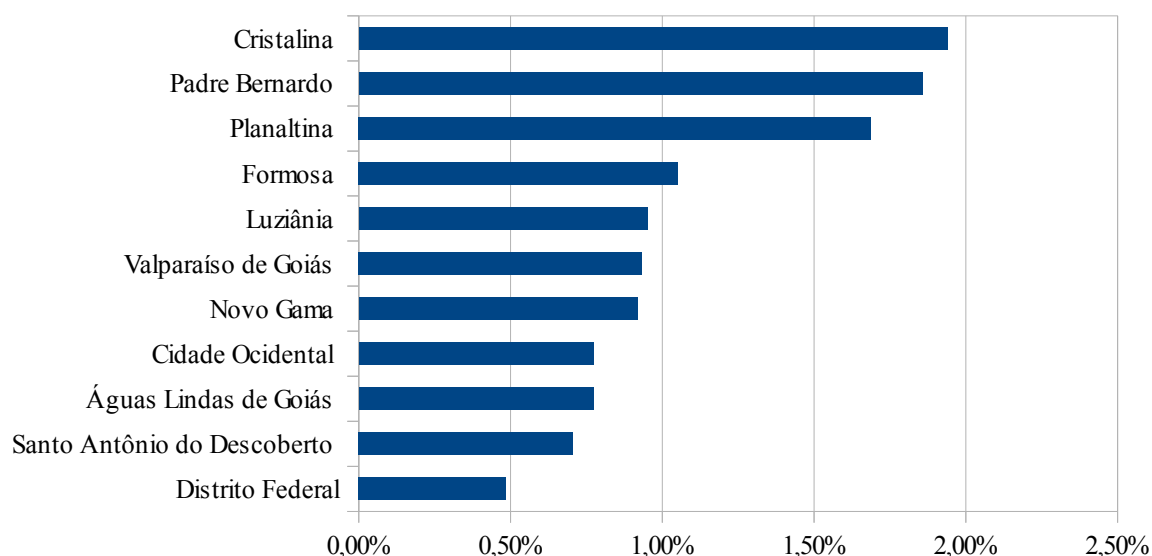
5.1 Componente de condições habitacionais

As adolescentes de 10 a 19 anos representam 8,98% da população total da AMB e 25,36% da população feminina em idade reprodutiva. Dos nascimentos ocorridos em 2010 na AMB, 1,1% são de mães de 10 a 14 anos e 19,80% são de mães de 15 a 19 anos. Ao discernir a porcentagem de nascimentos de mães adolescentes por local de moradia (municípios de Goiás e RA do DF), nota-se que a amplitude entre os menores e maiores valores é bastante elevada, principalmente na faixa etária mais jovem. A distribuição das taxas de fecundidade específicas semelhantes no território da AMB revela uma grande variação espacial com marcantes características desiguais entre o centro e as periferias.

Gráfico 1:

Porcentagem de nascimentos de mães de 10 a 14 anos

Período: 2010 - AMB

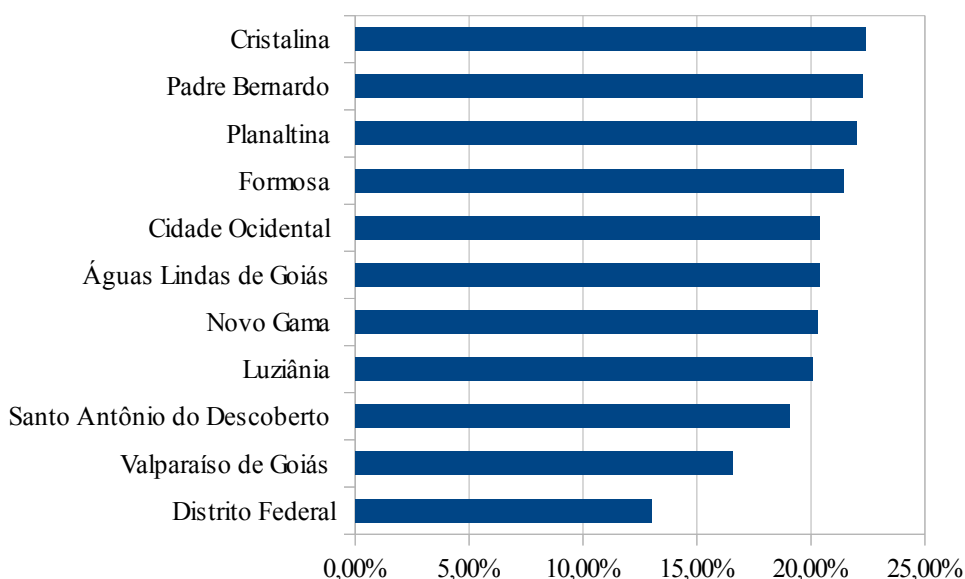


Fonte: MS/SVS/DASIS – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC.

Gráfico 2:

Porcentagem de nascimentos de mães de 15 a 19 anos

Período: 2010 - AMB



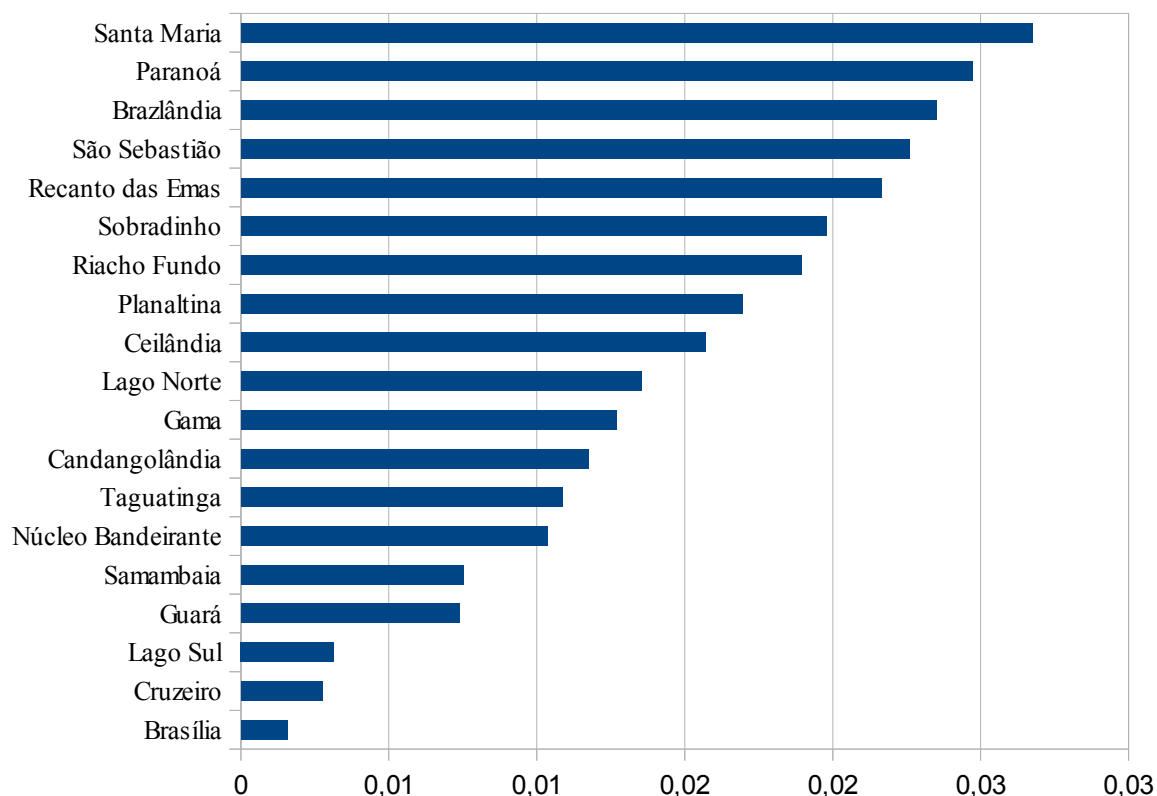
Fonte: MS/SVS/DASIS – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC.

Como foi apontado nos capítulos anteriores, o Distrito Federal e suas adjacências são localidades marcadas por graves desigualdades sociais e econômicas. A segregação socioespacial é claramente vista em seus mapas de renda e vulnerabilidade (ver mapas no anexo) e conforme foi abordado nos capítulos precedentes, a fecundidade é, muitas vezes, inversamente proporcional ao nível de escolaridade, à renda e ao desenvolvimento local de uma forma geral. Os gráficos 1 e 2 mostram que a diferença entre a proporção de nascidos de mães adolescentes varia significativamente conforme a localidade na AMB. Ao esmiuçar a análise apenas para o DF e suas RAs observamos um grau bastante alto de heterogeneidade do comportamento reprodutivo de adolescentes, conforme gráfico 3.

Gráfico 3:

Porcentagem de nascimentos de mães de 10 a 19 anos

Regiões Administrativas do DF - 2010



Fonte: Censo Demográfico 2010. IBGE.

Como esperado, a TEF de áreas rurais é maior que a de áreas urbanas, ou seja, as adolescentes têm mais filhos na área rural que urbana. A quantidade de nascimentos na área rural, no entanto, representa 6,33% para nascidos de mães de 10 a 19 anos, ao passo que na área urbana estão 93,67% das mães adolescentes.

Dos domicílios investigados, a maioria deles são alugados ou cedidos onde há uma mãe adolescente, conforme tabela 1, o que segundo a literatura é um fator de vulnerabilidade, uma vez que a condição de habitação depende da existência de renda fixa.

Tabela 1: Condição de ocupação de domicílio

Condição de ocupação	Próprio	Alugado ou cedido	Outra condição
Teve filhos nascidos vivos	47,48%	50,30%	2,22%

Fonte: Censo Demográfico 2010. IBGE.

Ainda sobre os domicílios das mães adolescentes, constata-se que a maioria delas, 84%, vivem em domicílios onde o número de moradores dividido pelo número de cômodos é 1. Uma porcentagem significativa, 10,4% habitam em domicílios cuja densidade é de 2 ou 3 moradores por cômodo. Tal variável diz da condição de conforto da moradia, entendendo-se que quanto mais moradores tiver em um cômodo, mais precária a moradia.

5.2 Componente social

Conforme descrito nos capítulos 2 e 4, as relações sociais e afetivas são importantes fatores que permitem analisar a situação de exposição à maior ou menor vulnerabilidade. A tabela 2 mostra a porcentagem de adolescentes que tiveram filhos segundo a relação de parentesco com a pessoa responsável pelo domicílio. Os resultados mais expressivos são para mães que habitam com seus pais (ambos ou apenas um), 34,6%, e com seus cônjuges ou companheiros, 32%. Outro resultado interessante é que 12,68% delas se consideraram responsáveis pelo domicílio.

Tabela 2: Relação de parentesco ou convivência com a pessoa responsável pelo domicílio

Relação de parentesco ou convivência com a pessoa responsável pelo domicílio	Porcentagem
Cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente	34,66%
Filha do responsável	32,07%
Pessoa responsável pelo domicílio	12,68%
Nora	8,88%
Neta	3,30%
Outro parente	3,17%
Enteada	2,18%
Irmã	1,67%
Conivente	0,60%
Agregada	0,37%
Empregada doméstica	0,24%
Pensionista	0,08%
Cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo	0,07%

Fonte: Censo Demográfico 2010. IBGE.

Quando perguntadas sobre a presença de cônjuges ou companheiros (as), as mães adolescentes, em sua maioria responderam que vivem em companhia dessas pessoas. Ao verificar a porcentagem de adolescentes que tiveram filhos e são casadas (enquanto estado civil), elas representam 13,3%, ao passo que, das que não tiveram filhos, apenas 1,34% é casada.

Tabela 3: Presença de cônjuge ou companheiro

Vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a)	Teve filhos nascidos vivos
Sim	59,93%
Não, mas viveu	15,47%
Não, nunca viveu	24,60%

Fonte: Censo Demográfico 2010. IBGE.

A presença da mãe da adolescente pode ser importante no sentido de dar suporte financeiro e afetivo à jovem e seu filho (a). Na tabela 4, nota-se que das adolescentes que tiveram filhos, 35,29%

vivem com suas mães.

Tabela 4: Presença da mãe da adolescente

Tem mãe viva?	Teve filhos nascidos vivos
Sim e mora neste domicílio	35,29%
Sim e mora em outro domicílio	59,02%
Não	5,35%
Não sabe	0,33%

Fonte: Censo Demográfico 2010. IBGE.

Sabe-se que o capital social pode adquirir um papel fundamental nos ativos familiares de grupos vulneráveis e constituir um aspecto chave que viabiliza o uso mais produtivo de outras formas de capital, assim como sua acumulação. Por exemplo, se a adolescente mora com a mãe (ou pais), é mais provável que ela tenha suporte (financeiro, afetivo) para cuidar de seu filho e assim, dar prosseguimento aos estudos ou qualificação profissional. O fato de estar em união ou casamento pode também ser considerado vantajoso economicamente (Souza, 1998), no entanto, o que foi mencionado sobre restrição de projetos de vida e papéis tradicionais de gênero no capítulo 3 deve ser atentado, uma vez que o casamento ou união na adolescência pode ser um indicativo de falta de acesso a oportunidades e direitos (UNFPA, 2013). É também bastante mencionado na literatura que mulheres casadas apresentam maiores taxas de fecundidade que mulheres solteiras (Jejeebhoy, 1995).

Observar as relações sociais, familiares e comunitárias através de pesquisas domiciliares, como sugere Kaztman (2000), é desafiante, uma vez que os dados fornecem apenas medição de relações mais ou menos formais em um instante do tempo. Relações medidas a partir de composição do domicílio é uma análise certamente restrita, pois que essas são processos fluidos e contínuos. Portanto, a medição de capital social através de composição do domicílio mostra-se limitada em pesquisas como Censos ou PNADs.

5.3 Componente Escassez de Recursos

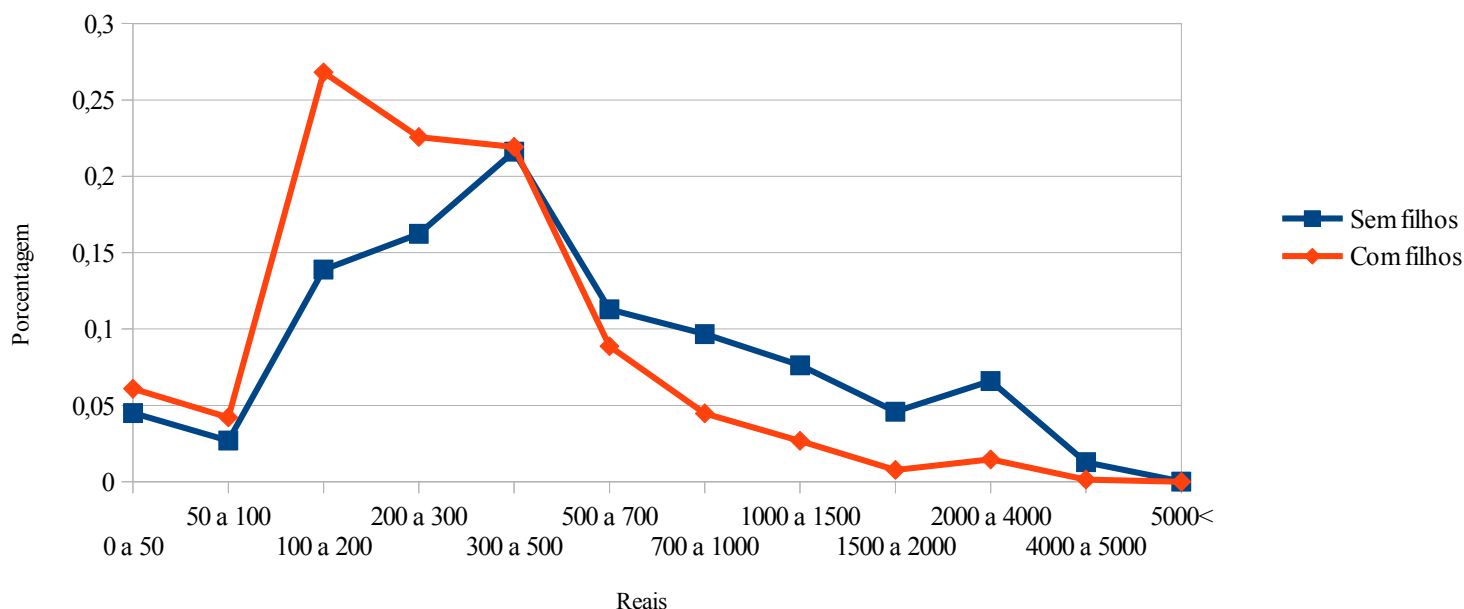
A relação da experiência da maternidade na adolescência com a renda domiciliar é bastante significativa e relatada pela literatura. No gráfico 4, nota-se que a linha laranja, das adolescentes com filhos, apresenta uma elevação na proporção quando as faixas de renda são mais baixas, ao passo que as adolescentes que não tiveram filhos estão mais, proporcionalmente, nas faixas de renda maiores. Isso quer dizer que as mães adolescentes são mais pobres que as jovens da mesma idade que não

experimentaram a maternidade⁷.

Gráfico 4:

Rendimento domiciliar per capita para adolescentes de 10 a 19 anos

AMB-2010



Fonte: Censo Demográfico 2010. IBGE.

Sobre recebimento de renda referente a programas sociais de transferência, apenas 5% das mães adolescentes recebiam recursos (BSF e PETI).

5.4 Componente acesso ao conhecimento

A porcentagem de mães adolescentes que não sabem ler e escrever é baixa para aquelas de 15 a 19 anos, apenas 0,21%, no entanto, mais elevada para as de 10 a 14 anos, 1,7%. A proporção de adolescentes com filhos que não frequentam a escola, mas que já frequentaram é bastante expressiva em face daquelas sem filhos. A tabela 5 ilustra com precisão o abandono escolar para aquelas meninas que têm filhos. Outro fato de grande relevância é a maior quantidade de mães adolescentes em escolas públicas.

7- Para a apuração dos rendimentos, segundo as classes de salário-mínimo, considerou-se o valor do que vigorava no mês de referência (julho de 2010), que era de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais) (IBGE).

Tabela 5: Frequência à escola segundo status de maternidade

Frequenta escola	Teve filhos	Não teve filho
	10 a 14 anos	
Sim, pública	42,91%	76,38%
Sim, particular	16,07%	21,04%
Não, já frequentou	41,02%	1,97%
Não, nunca frequentou	0,00%	0,61%
	15 a 19 anos	
Sim, pública	24,42%	58,40%
Sim, particular	4,31%	19,65%
Não, já frequentou	69,95%	21,38%
Não, nunca frequentou	1,33%	0,57%

Fonte: Fonte: Censo Demográfico 2010. IBGE.

Foi apontado pela literatura que o fato de ter filho na adolescência pode levar ao atraso ou ao abandono escolar e também que o abandono escolar é anterior ao fato da maternidade. Sobre o atraso, calculou-se a distorção idade-série de adolescentes mães e não mães com base na recomendação do Ministério da Educação de que a 1ª série do ensino fundamental (2ª ano) seja cursada com 7 anos de idade.

Observa-se que das adolescentes de 10 a 19 anos que tiveram filhos, 79% delas está com defasagem escolar, ou seja, está uma ou mais séries abaixo do ideal. Em contrapartida, das adolescentes da mesma faixa etária que não tiveram filhos, 38% estão defasadas. A tabela 6 ilustra para cada idade a porcentagem de adolescentes atrasadas (com idade superior à série/ano que frequenta) e regulares (aquelas nas idades recomendadas para cada série e as adiantadas). Observou-se também uma porcentagem que frequentava curso técnico ou profissionalizante e outra que cursava o supletivo. Nota-se que para todas as faixas etárias⁸ (exceto 12 anos), as adolescentes com filhos estão mais atrasadas na escola que aquelas que não tiveram.

8- As meninas de 10 anos de idade foram excluídas da análise porque nenhuma teve filho nascido vivo na AMB em 2010

Tabela 6: Distorção Idade-Série segundo status de maternidade

Idade	Teve filhos			
	Atrasadas	Regulares	Curso técnico	Supletivo
11	42,02%	57,98%	-	-
12	18,54%	81,46%	-	-
13	57,00%	-	-	43,00%
14	47,64%	52,36%	-	-
15	44,86%	40,31%	-	14,84%
16	80,69%	16,21%	1,82%	1,29%
17	69,71%	16,29%	2,47%	11,53%
18	97,01%	-	-	2,99%
19	96,50%	-	-	3,50%
Idade	Não teve filhos			
	Atrasadas	Regulares	Curso técnico	Supletivo
11	26,80%	73,16%	-	0,04%
12	33,05%	66,63%	-	0,32%
13	34,59%	63,15%	-	2,26%
14	37,28%	59,79%	-	2,94%
15	42,65%	52,86%	-	4,49%
16	45,85%	48,49%	1,82%	3,84%
17	51,31%	40,79%	3,46%	4,44%
18	91,46%	-	4,86%	3,68%
19	82,93%	-	5,13%	11,94%

Fonte: Fonte: Censo Demográfico 2010. IBGE.

De acordo com Itaboraí (2003), o caráter de ruptura com que a maternidade entre adolescentes se apresenta nas camadas médias, especialmente por interromper ou dificultar a escolarização e a futura carreira, não seria percebido na mesma proporção pelas camadas mais pobres. Tal afirmação é possível de ser conferida na tabela 7, na qual as mães adolescentes que não frequentam a escola (nunca ou em algum momento) são de menor renda. Há maiores porcentagens de mães em escolas particulares de maior renda domiciliar, concretizando a hipótese de segregação educacional de Kaztman (2000), conforme apontado no item 4.4.4.

Tabela 7: Frequência à escola segundo renda domiciliar per capita

Renda domiciliar per capita em reais	Teve filhos			
	Sim, pública	Sim, particular	Não, já frequentou	Não, nunca frequentou
0 a 50	23,8%	3,9%	64,0%	8,3%
50 a 100	27,4%	0,0%	72,6%	0,0%
100 a 200	22,0%	2,2%	74,8%	1,0%
200 a 300	32,6%	1,1%	65,7%	0,6%
300 a 500	26,1%	2,1%	70,3%	1,5%
500 a 700	21,5%	9,0%	69,5%	0,0%
700 a 1000	17,5%	8,0%	73,0%	1,5%
1000 a 1500	22,08%	32,3%	44,9%	0,0%
1500 a 2000	20,0%	48,8%	31,2%	0,0%
2000 a 4000	12,7%	44,9%	42,4%	0,0%

Fonte: Fonte: Censo Demográfico 2010. IBGE.

5.5 Componente acesso ao trabalho

O trabalho no Brasil é proibido para menores de 14 anos e, desta idade até os 15 anos, só é permitido na condição de aprendiz. Entre 16 e 17 anos, o trabalho é liberado, desde que não comprometa a atividade escolar e que não ocorra em condições insalubres e com jornada noturna (MTE, 2013). No Censo Demográfico de 2010, no entanto, perguntou-se sobre trabalho para pessoas acima de 10 anos. Os resultados mostram que para diferentes perguntas sobre atividade econômica ou ocupação laboral, as adolescentes que tiveram filhos estão mais envolvidas com o trabalho que aquelas que não tiveram.

Para a pergunta se trabalhou ganhando em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (tabela 8), tem-se que mães adolescentes, para ambas as faixas etárias analisadas, estão mais engajadas na atividade produtiva que as semelhantes que não tiveram filhos. Quando da situação de ocupação (se envolvidas em alguma atividade produtiva), o resultado é igual, mães adolescentes estão mais ocupadas economicamente que as não mães.

Tabela 8: Condição de atividade econômica segundo status de maternidade I

Trabalha	Teve filho	Não teve filho
	10 a 14 anos	
Sim	25,47%	1,34%
Não	74,53%	98,66%
	15 a 19 anos	
Sim	25,65%	21,27%
Não	74,35%	78,73%

Fonte: Fonte: Censo Demográfico 2010. IBGE.

Tabela 9: Condição de atividade econômica segundo status de maternidade II

Situação de ocupação	Teve filhos	Não teve filho
	10 a 14 anos	
Ocupadas	31,38%	2,93%
Não ocupadas	68,62%	97,07%
	15 a 19 anos	
Ocupadas	29,15%	23,97%
Não ocupadas	70,85%	76,03%

Fonte: Fonte: Censo Demográfico 2010. IBGE.

Se discernido por local de moradia, nota-se que as adolescentes do Grupo 1 (RAs de maior renda) trabalham menos que as dos outros grupos de menor renda.

Tabela 10: Condição de atividade econômica segundo local de moradia

Local	Teve filhos	
	Ocupadas	Desocupadas
Grupo 1	48,89%	51,11%
Grupo 2	75,27%	24,73%
Grupo 3	70,49%	29,51%
Grupo 4	63,73%	36,27%

Fonte: Fonte: Censo Demográfico 2010. IBGE.

Quando questionadas sobre a busca por trabalho no período de referência, as adolescentes com filhos também se mostram mais empenhadas por conseguir uma atividade que as que não tiveram filhos.

Tabela 11: Procura por trabalho segundo status de maternidade

Buscou por trabalho	Teve filho	Não teve filho
	10 a 14 anos	
Sim	3,03%	1,81%
Não	96,97%	98,19%
	15 a 19 anos	
Sim	21,12%	16,65%
Não	78,88%	83,35%

Fonte: Censo Demográfico 2010. IBGE.

A questão levantada pelos resultados sobre acesso ao trabalho tem dupla interpretação. A primeira trata-se do fato de estarem precocemente inseridas no mercado de trabalho sem ter grau suficiente de escolaridade, conforme resultados 5.4, e, portanto, em atividades precárias e de baixa remuneração, conforme 5.3. Desta forma, estariam as mães adolescentes mais vulneráveis no sentido de estarem fragilmente inseridas nas atividades produtivas, em função de sua baixa qualificação. O fato de mães adolescentes estarem trabalhando é um indicativo de vulnerabilidade, uma vez que deixam a escola e assumem postos instáveis e precarizados. A longo prazo poderia significar que ela futuramente teria dificuldades de acessar estavelmente o mercado de trabalho na idade adulta.

Outra interpretação seria a de que o fato de estarem trabalhando (ou procurando por trabalho) mais que as adolescentes sem filhos, significa que procuram sustentar seus filhos através da própria renda, o que poderia representar menor vulnerabilidade por estarem inseridas, ainda que precariamente, no mundo do trabalho. A primeira interpretação parece mais adequada à literatura escolhida neste trabalho, embora o segundo ponto não seja excludente da análise. Assim, optou-se pela não classificação binária entre vulnerável e não-vulnerável para o fato de estar ou não em atividade produtiva. Considera-se que o fato de estarem mais envolvidas no trabalho, principalmente meninas de 10 a 14 anos, indica maior vulnerabilidade, no entanto, não trabalhar não quer dizer necessariamente menor vulnerabilidade.

O fato de estarem trabalhando e terem sido displicentes com a escola pode ser visto na tabela

12. Os resultados mostram que as mães adolescentes que não frequentam escola estão mais ocupadas em atividades produtivas que as não ocupadas. Quando comparadas às que não tiveram filhos, é possível perceber que adolescentes sem filhos frequentam mais a escola e trabalham menos. A porcentagem de meninas que não frequentam a escola e trabalham é muito maior para as mães que para as não mães.

Tabela 12: Frequência à escola segundo atividade econômica

Teve filhos nascidos vivos		
Frequenta escola	Ocupadas	Desocupadas
Sim, pública ou particular	29,78%	37,12%
Não, já frequentou	69,16%	62,38%
Não, nunca frequentou	1,07%	0,50%
Não teve filhos		
Sim, pública ou particular	65,12%	74,96%
Não, já frequentou	34,53%	24,74%
Não, nunca frequentou	0,35%	0,30%

Fonte: Fonte: Censo Demográfico 2010. IBGE.

Das adolescentes que tiveram filhos e estão trabalhando, nota-se, conforme tabela 13, que a maioria delas está sem carteira assinada⁹.

9 -Contra o adolescente menor de 18 anos de idade não corre nenhum prazo de prescrição – artigo 440 da CLT, e trabalhando como empregado (trabalho subordinado, regido pela CLT), o adolescente tem direito à Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS assinada, ao recebimento de salários, aos períodos de repouso semanal remunerado, às férias, ao recolhimento do FGTS, no percentual de 8% da remuneração devida, aos direitos previdenciários; enfim, a todos os direitos previstos também para o maior de 18 de anos de idade que também seja empregado.

Tabela 13: Posição na ocupação e categoria do emprego

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Teve filhos nascidos vivos	
	10 a 14	15 a 19
Empregados com carteira de trabalho assinada	11,45%	40,80%
Empregados sem carteira de trabalho assinada	48,80%	42,17%
Conta própria	21,08%	10,88%
Não remunerados	18,67%	2,88%
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	0,00%	1,89%
Militares e funcionários públicos	-	0,33%
Empregadores	-	1,06%

Fonte: Fonte: Censo Demográfico 2010. IBGE.

A composição dos indicadores aqui apresentados permite traçar um panorama no qual vivem mães adolescentes na AMB. A interação entre as componentes descritas acima resulta em vulnerabilidade social. Quando combinados, capital físico, humano e capacidade estrutural da família permitem compor um quadro sobre a facilidade ou não de tomada de decisão em relação a ações preventivas e recuperativas. É importante ressaltar que os resultados apresentados mostram que mães adolescentes estão em maior situação de vulnerabilidade que as não mães. Enfim, além da questão econômica, em sentido mais amplo, os ativos aqui demonstrados são determinantes fundamentais, porém não exclusivos, na capacidade de ação de mães adolescentes e suas famílias para enfrentar riscos internos (um filho) e mudanças no contexto (externas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se estabelecer algumas comparações entre as adolescentes que tiveram filhos e as que não tiveram, a fim de intentar averiguar as consequências da maternidade na adolescência, além de caracterizar essas mães sob o foco da vulnerabilidade social. Os resultados evidenciam que a maternidade na adolescência não ocorre de forma homogênea. As mães adolescentes são mais pobres, moram nas periferias, são menos escolarizadas e estão precariamente inseridas no mercado de trabalho. Possuem, portanto, menos ativos para enfrentar mudanças contextuais e externas para lidar com o passivo de ter um filho.

A hipótese deste trabalho, conforme apresentada no capítulo 3, está na relação entre maternidade na adolescência e vulnerabilidade social, ou seja, ter filhos na faixa etária convencionada como adolescente é um fator de produção e de reprodução de riscos sociais e econômicos para mães e filhos. Esta hipótese foi verificada na interlocução entre fecundidade jovem e características socioeconômicas apresentadas pelos resultados obtidos e pela discussão bibliográfica escolhida. Há, assim, uma similaridade socioeconômica entre as jovens mães da AMB, o que é constatado na identificação de que a maternidade adolescente está inserida em um contexto de acumulação de vulnerabilidades. Esta constatação, tal como fora discutido anteriormente, não se deve ao fato meramente de ter filhos na adolescência, mas no contexto de desigualdade social no qual estão inseridas essas mães e seus filhos e filhas.

O fato de ter filhos na adolescência não é em si responsável pela reprodução da vulnerabilidade social de indivíduos e famílias, mas a injustiça educacional anterior a esse processo (Madeira, 2006), a segregação socioespacial (Kaztman, 2000 e 2001; Pantelides, 2004) e as desigualdades de classe e gênero (Souza, 1998; Heilborn, 2002; Hirata e Kergoat, 2007), que isolam adolescentes com filhos da sociedade e os processos que levam adolescentes em determinadas situações de desigualdade a terem filhos em maior proporção.

O pressuposto de que maternidade adolescente está nos espaços segregados procede. A AMB como cenário de segregações e desigualdades é tanto produtora como reprodutora da vulnerabilidade, uma vez que mantém distantes as (os) pobres urbanas (os) das estruturas de oportunidades. Essas adolescentes periféricas têm dificuldades de acessar tais estruturas de oportunidade oferecidas pelas cidades e localidades, uma vez que estas concentram processos de insuficiência de infraestrutura e serviços (Ferreira Nunes, 1996). Como se não bastassem as condições de moradia, a periferação, a baixa renda e escolaridade dessas jovens, o estigma e as grandes chances de desagregação social impõem às mães adolescentes um ônus ainda maior. Essa análise não é exclusiva para a maternidade na adolescência, mas também útil para outras situações

típicas da juventude periférica, tais como tráfico e consumo de drogas, violência na juventude (altas taxas de homicídio de jovens negros) e evasão escolar.

Muitas vezes conduzidas a papéis de gênero tradicionais – no cuidado de irmãos e parentes – e vítimas da segregação educacional, os horizontes de possibilidades dessas adolescentes são limitados ao que a comunidade / localidade pode oferecer. A lógica de inserção social através do mercado de trabalho a qual argumentam Kaztman (2000 e 2001), Busso (2001) e Castel (2012) as torna vulneráveis e desfiladas do processo dominante.

Tentou-se neste trabalho não abordar a maternidade na adolescência como problema social peculiar, mas como integrado e componente de uma conjuntura contextual social, econômica e política e ainda como fonte reprodutora dessa estrutura na transmissão intergeracional de iniquidades. A maternidade na adolescência, no entanto, é fenômeno amplamente discutido em outras disciplinas e áreas do conhecimento. Na busca por literatura sobre o tema, encontramos muitos trabalhos da área de saúde pública e coletiva, psicologia, enfermagem, psiquiatria, antropologia, direitos humanos, comunicação e mídia. Entende-se que todas estas são iniciativas e abordagens complementares que, em interação, podem fornecer um quadro amplo e próximo dessa realidade tão complexa. Da mesma forma, outras metodologias e técnicas de pesquisa são sugeridas a fim de que possam ser comparadas e acrescentadas perspectivas e aproximações. Observou-se a necessidade de um estudo prospectivo longitudinal posterior.

Consoante às afirmações de Nogueira et al. (2009), uma das conclusões deste trabalho é que o entendimento das questões culturais e de fatores socioambientais que ocorrem no quadro da vulnerabilidade indica que as políticas que queiram atuar para alterar esse quadro não devem se pautar na perspectiva homogeneizante das categorias adolescente e maternidade / gravidez na adolescência, mas antes compreendê-las como categorias socioconstruídas. Certamente uma adolescente de 15 anos que tem um filho em Santa Maria no DF não viverá a mesma experiência que outra da mesma idade que mora no Níger, Mali ou Chade, países com as maiores taxas de casamento infantil do mundo (UNFPA, 2013). A relativização do caráter de problema, da idade e das consequências da maternidade, além da contextualização do fenômeno, são aspectos fundamentais para a compreensão da realidade a partir do ponto de vista daquelas que a vivem, a fim de não incorrer em interpretações homogeneizantes.

É importante ressaltar que a escolha conceitual e metodológica definem o problema, como fora posto anteriormente. O discurso da vulnerabilidade empreendido apresenta apenas um enfoque da realidade. Ao refletir sobre intervenção, vê-se que a opção a priori dada para caracterizar o fenômeno muda completamente os resultados e os tipos de ação tentados. O conceito escolhido para vulnerabilidade delimitou a escolha das variáveis selecionadas. O tipo da variável e a

temporalidade permitem apenas um retrato do fenômeno observado. O recorte dado pelo conceito e escolha das variáveis não só define a abordagem metodológica, mas define também a população objeto do estudo e o problema.

A potencial contribuição de um enfoque de vulnerabilidade para as políticas sociais pode ter duas dimensões complementares: uma é a inevitável responsabilidade dos governos locais e nacionais a fim de superar as condições de desvantagens e desigualdades sociais. A outra dimensão, complementar à primeira, é a de potencializar as capacidades dos indivíduos, famílias ou comunidades para que superem por si mesmas as condições de desvantagem social que sofrem. Desta forma, a articulação entre as políticas destinadas a fortalecer e diversificar ativos e estratégias de indivíduos e famílias tende a se completar com políticas orientadas a gerar um cenário propício que permita um melhor acesso ao conjunto de oportunidades que fornece o mercado, o Estado e a sociedade (Busso, 2001). Vignolli (2006) também enfatiza dois discursos sobre a vulnerabilidade dos adolescentes, que se traduzem em suas correspondentes opções de política: uma, orientada para as decisões individuais, e outra, para os contextos em que ocorre a vulnerabilidade. Ambos discursos são coerentes e coexistentes, mas se baseiam em perspectivas de risco diferentes.

Assim, na ótica das políticas públicas, a medição e a identificação de condições de risco devem ter em conta: (a) prevenção de riscos; (b) redução da vulnerabilidade a riscos que não se pode prevenir fortalecendo ativos e estratégias de oportunidades e (c) diminuição dos efeitos negativos aos choques adversos produzidos, seja de origem interna ou externa.

Os três tipos de segmentação (trabalho, educação e residência) examinados se reforçam mutuamente em seus efeitos em termos de isolamento progressivo das (os) pobres urbanas (os). Assim, o aumento das desigualdades de renda e de condições de trabalho, que resulta do funcionamento atual da economia, tende a se manifestar em segmentação dos serviços e polarizações na distribuição de classes no espaço urbano. São várias as situações onde se operam círculos viciosos de reprodução ampliada do isolamento social. Neste trabalho, postulou-se que a maternidade na adolescência seria não só resultado – produção – do isolamento, mas também teria importante função reprodutora para ele. A dependência mútua entre pobreza, educação, saúde e outros aspectos levou à escolha do conceito de vulnerabilidade social para analisar a maternidade na adolescência. A separação das metas individualmente pode causar uma abordagem mecanicista de intervenção, ignorando a importância do arcabouço integrado. Trata-se, assim, de sugerir um conjunto de subsídios para melhorar as políticas públicas encaminhadas a atacar as bases da produção e reprodução da pobreza urbana (Kaztman, 2001).

Destarte, a intervenção no sentido de reduzir maternidade na adolescência tem mais a ver com fortalecer ativos e estratégias de oportunidades que apelar para o controlismo exógeno da

fecundidade. Esta perspectiva pode ser inadequada frente ao contexto que se dá a maternidade na adolescência. É preciso, portanto, apontar as circunstâncias, as condições, costumes, valores e forças estruturais que perpetuam a maternidade em idades muito jovens e que tornam essas mães isoladas e marginalizadas.

Concluiu-se que são necessárias políticas sociais que empoderem mulheres e meninas no sentido de fortalecer suas capacidades de tomar decisões sobre sua vida e de expandir seu rol de oportunidades e possibilidades para além de papéis tradicionais de gênero. Projetos sociais do que se convencionou chamar de empoderamento feminino (Sen e Batliwala, 1997 apud Itaboraí, 2003) de forma a permitir que jovens mulheres de famílias de baixa renda possam experimentar maiores oportunidades em suas trajetórias de vida, além da garantia de seu completo envolvimento em todas as esferas da vida (não só a doméstica e familiar).

As políticas públicas aqui mencionadas são no sentido de (1) oferecer às jovens a possibilidade de estudar, conhecer e se qualificar profissionalmente, a fim de ampliar os horizontes de escolha e de projetos de vida; (2) atuar na estrutura de segregação social e desigualdade que condiciona pobres a perpetuarem o ciclo de exclusão e pobreza quando não têm perspectivas de se integrar social e economicamente; (3) garantir àquelas que já tiveram o filho o suporte necessário para evitar que riscos vinculados ao mercado deixem mãe e filho excluídos da sociedade, de forma a garantir que esta vivência não seja, como aqui constatado, fonte de perpetuação e/ou agravamento de desigualdades sociais, além de garantir que ela possa vivenciar a gravidez e a maternidade de forma saudável, com pleno acesso aos serviços públicos de saúde; (4) garantir a ela que sua condição de mãe e mulher não seja desvantagem social à face das desigualdades de gênero. A prevenção da gravidez e maternidade na adolescência será consequência de uma adolescente mais educada, empoderada, com poder de decisão sobre sua vida reprodutiva, contracepção e sexualidade.

A metáfora de Kaztman (2001), “seduzidos e abandonados”, pode ser utilizada aqui para destacar uma das peculiaridades da composição da pobreza urbana atual: a crescente proporção de indivíduos que tendo incorporado expectativas quanto a conquista de uma cidadania plena por meio do trabalho e tendo desenvolvido aspirações de consumo próprias da sociedade de seu tempo, se vêm progressivamente debilitados dos vínculos com as fontes de recursos que fazem possível alcançar essas metas. Foram seduzidas (os) por uma sociedade moderna na qual só podem participar simbolicamente, não podendo superar por seus próprios meios os obstáculos para alcançar uma participação material equivalente. É importante considerar que os estudos dos problemas de segregação residencial, do trabalho, da educação e da segmentação dos serviços constituem uma via promissora para avançar na compreensão das barreiras para a equidade social.

Evitar a manutenção e a ampliação do círculo vicioso das desigualdades e desvantagens

sociais requer interferir nas mesmas através de políticas ativas que atuem tanto na geração de um cenário social e econômico propício para evitar a reprodução das desvantagens, como também em contribuir para o aumento, fortalecimento e diversificação dos recursos de que dispõem os grupos sociais mais expostos a distintos tipos de riscos.

Baseado em Busso (2001), conclui-se que as políticas públicas têm o imperativo de interferir nos mecanismos complexos de reprodução intergeracional das desvantagens e riscos sociais, fortalecendo os recursos educativos, produtivos e patrimoniais dos grupos sociais mais sensíveis às mudanças do contexto econômico. Melhorar a distribuição de rendas, recursos e oportunidades e reduzir as desvantagens sociais que afetam determinados grupos são aspectos centrais para as políticas econômicas e sociais cujo eixo articulador é fortalecer os direitos de cidadania, a equidade e o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATTANASIO, Orazio y Miguel Székely (comp.). *Pobreza y activos en la América Latina*. El Trimestre Económico, vol. LXVI(3), núm. 263, Julho-setembro. México, 1999.

BARBOSA FERREIRA, I. C.; VASCONCELOS, A. M. N.; VILARINHO, A. *A dinâmica populacional na história de Brasília*, In: Anais do VII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Salvador, 2002.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. *Pobreza multidimensional no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. (Textos para Discussão, n. 1.227).

BELTRÃO SPÓSITO, M.E. *Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas*. In: Revista de Geografia AGB-Dourados. Dourados. Set/Dez. 1996.

BUSSO, G. *La vulnerabilidad social y las políticas sociales a inicios del siglo XXI: una aproximación a sus potencialidades y limitaciones para los países latinoamericanos*. Santiago do Chile: CEPAL/CELADE, 2001.

CAMPOS, N. L. *A segregação planejada*. In PAVIANI, A. (Org.) *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: UnB, 1991.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAVASIN, Sylvia et al. *Gravidez de adolescentes entre 10 e 14 anos e vulnerabilidade social: estudo exploratório em cinco capitais brasileiras*. São Paulo: ECOS Comunicação em Sexualidade, 2004.

CELADE. *Juventud, población y desarrollo en América Latina y el Caribe. Problemas, oportunidades y desafíos*. 2000.

CEPAL. *Vulnerabilidad sociodemográfica: viejos e nuevos riesgos para comunidades, hogares e personas*. Santiago de Chile: LC/G 2170, 2002.

CEPAL. *Panorama social de América Latina*. LC/G.2068-P, Santiago de Chile, 2000a.

CEPAL. *La brecha de la equidad: una segunda evaluación*. LC/G.2096, Santiago de Chile, 2000b.

CEPAL. *Juventud y cohesión social en Iberoamérica. Un modelo para armar*, 2008.

CEPAL/BID. “*Un tema del desarrollo: la reducción de la vulnerabilidad frente a los desastres*”. LC/MEX/L.428. México, 2000.

CHAMBERS, R. *Vulnerability, coping and policy*. IDS Bulletin, v. 20, n. 2, 1989.

CHATTERJEE, Partha. “*Populações e sociedades políticas*”; “*A política dos governados*”. In: *Colonialismo, modernidade e política*. Salvador: EDUFBA, CEAO, 2004.

- CODEPLAN, *A Dinâmica Migratória na Área Metropolitana de Brasília – AMB entre 1991 e 2010*. Demografia em foco 06, 2013.
- CODEPLAN, *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – Distrito Federal, 2011*. Brasília-DF, 2012.
- CUTTER, S.L. *Vulnerability to environmental hazards. Progress in Human Geography*, Londres, v. 20, n. 4, 1996.
- DA CUNHA, José Marcos Pinto et al. *A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas*, 2006.
- DE CARVALHO, José Alberto Magno et al. *Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia*. 1994.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Relatório Analítico Final da Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal*. DF, 2011a.
- DI CESARE, M. *Patrones emergentes en la fecundidad y la salud reproductiva y sus vínculos con la pobreza en América Latina y el Caribe*. Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE)-División de Población de la CEPAL, 2007.
- DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/STb-GDF. *O mercado de trabalho no DF entre 1992 e 2011: síntese dos 20 anos de Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal*. Brasília, 2011b.
- D'ORSI, E., CARVALHO MS. *Perfil de nascimentos no Município do Rio de Janeiro: uma análise espacial*. Cad Saúde Pública; 14: 367-79, 1998.
- FERREIRA I., PENNA N., *Brasília: novos rumos para a periferia* In: PAVIANI, A. (Org). Brasília: moradia e exclusão. Editora UnB, Brasília, 1996.
- FERREIRA, I. ; VASCONCELOS, A. N. ; PENNA, N. *Vulnerabilidade urbana: a violência dos jovens da periferia das cidades*. In. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu-MG, 2008.
- FERREIRA, Rosiane Araújo et al. *Análise espacial da vulnerabilidade social da gravidez na adolescência*. Cad. saúde pública, v. 28, n. 2, p. 313-323, 2012.
- FOUCAULT, Michel. “*A governamentalidade*”. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal. 1979.
- FURTADO, B.A. *Índice de Vulnerabilidade das Famílias (2000-2010): Resultados*. Brasília: IPEA, 2013. (Texto para discussão 1835).
- GAMA, SGN, SCWARCWALD CL, LEAL MC. *Experiência de gravidez na adolescência, fatores associados e resultados perinatais entre puérperas de baixa renda*. Cad Saúde Pública; 18: 153-61, 2002.

- GONTIJO, Daniela Tavares; MEDEIROS, Marcelo. *Gravidez/maternidade e adolescentes em situação de risco social e pessoal: algumas considerações*. Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 6, n. 3, 2006.
- HEILBORN, Maria Luiza et al. *Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência*. Horizontes Antropológicos, vol.8, n.17, pp. 13-45. ISSN 0104-7183, 2002.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- HOGAN et al. *Urbanização e vulnerabilidade socioambiental: o caso de Campinas*. In: Hogan et al. (orgs.), *Migração e ambiente nas aglomerações urbanas*. Campinas: NEPO-Unicamp, 2001.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico. Notas metodológicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- ITABORAÍ, N. R. *Mães adolescentes: desigualdades nos pontos de partida e de chegada*. In: “Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo da vida”. Topbooks, Rio de Janeiro. 2003.
- JEJEEBHOY, Shireen. *Women's Education, Autonomy and Reproductive Behavior. Experience from Developing Countries*. Clarendon Press, Oxford, 1995.
- JENCKS, C. e S. Mayer. *The social consequences of growing up in a poor neighborhood*, L. Lynn e M. McGuey (eds.), *Inner City Poverty in the United States*, Washington, D.C., National Academy Press, 1990.
- KAZTMAN, R. “*Activos y estructura de oportunidades. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay*”. PNUD-Uruguay e CEPAL-Oficina de Montevideo. Uruguay, 1999.
- KAZTMAN, Rubén. *Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social*. BID-Banco Mundial-CEPALIDEC, v. 5, p. 275-301, 2000.
- KAZTMAN, Rubén. *Seducidos y abandonados*. Revista de la CEPAL, v. 75, p. 171, 2001.
- KOWARICK, L. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano*. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 63, 2002.
- LEE, R. *The Demographic Transitions: Three Centuries of Fundamental Change*. The Journal of Economic Perspectives, vol.17, n.4, 2003.
- LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*. Tradução E.S. Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MADEIRA, Felícia Reicher. *Educação e desigualdade no tempo de juventude. Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição*, p. 139-170, 2006.
- MARANDOLA JR, Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. *Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão*. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 26, n. 2, p. 161-191, 2009.

- MARTINEZ, Edson Zangiacomi et al. *Gravidez na adolescência e características socioeconômicas dos municípios do Estado de São Paulo, Brasil: análise espacial*. Cad Saúde Pública, v. 27, n. 5, p. 855-867, 2011.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Marco teórico e referencial: saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens*, 2006.
- MONTEIRO, Denise Leite Maia; TRAJANO, Alexandre José Baptista; BASTOS, Álvaro da Cunha. *Gravidez e adolescência*. Rio de Janeiro, Revinter, 2009.
- MOSER, Caroline. “*The Asset Vulnerability Framework: Reassessing Urban Poverty Reduction Strategies*”. World Development, vol 26 N 1, Gran Bretaña, Elsevier Science, 1998.
- MOREIRA, M. I. C. *Laços familiares e laços geracionais: uma reflexão sobre a gravidez entre mulheres adolescentes*. In: SOUSA, S. M. Infância e Adolescência: múltiplos olhares. Goiânia, Editora UCG, p. 113-144, 2003.
- NOGUEIRA, M. J. et al. *Análise da distribuição espacial da gravidez adolescente no Município de Belo Horizonte–MG*. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 12, n. 3, p. 297-312, 2009.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, *Mulheres e Saúde: evidências de hoje, agenda de amanhã*, 2011.
- PANTELIDES, Edith Alejandra. *Aspectos sociales del embarazo y la fecundidad adolescente en América Latina*. Notas de población, v. 31, n. 78, p. 7-34, 2004.
- PAVIANI, A. (Org). *Brasília: moradia e exclusão*. Brasília; Editora UnB, 1996.
- PIZARRO, Roberto. *La vulnerabilidad social y sus desafíos: una mirada desde América Latina*. Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos nro. 6. CEPAL. Santiago de Chile, 2001.
- REIS, Lyria Maria dos. *Gravidez e maternidade na adolescência: um estudo no Município de Uberaba Estado de Minas Gerais-Brasil*. (Dissertação de Mestrado em Comunicação em Saúde, Universidade Aberta) 2007.
- RIBEIRO, L. C. *As metrópoles brasileiras: territórios desgovernados*. In: As metrópoles e a questão social brasileira. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2007.
- RODRÍGUEZ V., Jorge. *Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes*. CEPAL-CELADE. LC/R.2043, Santiago de Chile, 2000.
- SANT'ANA, M. C. *A cor do espaço: limites e possibilidades na análise da segregação sócio-espacial, o exemplo de Brasília*. Brasília; UnB, (dissertação de mestrado), 2005.
- SEN, A. *Development as freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- SIMÕES, VM et al.. *Características da gravidez na adolescência em São Luís, Maranhão*. Rev Saúde Pública; 37(5): 559-65, 2003.

SOUZA, Marcelo M. *A maternidade nas mulheres de 15 a 19 anos como desvantagem social*. Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1998.

TORRES, H. da G. et al. *Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 47, 2003.

UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas. *Maternidade Precoce: enfrentando o desafio da gravidez na adolescência, Situação da População Mundial 2013*. 2013.

VIEIRA, Alexandre Bergamin. *O Lugar de cada um: indicadores sociais de desigualdade intraurbana – Presidente Prudente*: [s.n.], Dissertação de mestrado, 2005.

VILLA, M. “*Vulnerabilidad social y sociodemográfica a escala de comunidades*” In: Memoria del taller interno sobre vulnerabilidad social y sociodemográfica, 2000.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

WARTENBERG, L., *Embarazo precoz y aborto adolescente en Colombia, Bogotá*. CIDS, Universidad Externado de Colombia y UNFPA, 1999.

WATTS, M.J. e BOHLE, H.G. *The space of vulnerability: the causal structure of hunger and famine*. Progress in Human Geography, Londres, v. 17, n. 1, 1993.

WONG, Laura L. Rodriguez; MELO, A. V. *Gravidez na Adolescência*. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 1, 1987.

Sítios consultados:

<http://hdr.undp.org>

<http://www.unfpa.org.br/>

<http://dados.gov.br/dataset/taxas-de-distorcao-idade-serie-escolar-na-educacao-basica>

http://portal.mte.gov.br/trab_infantil/

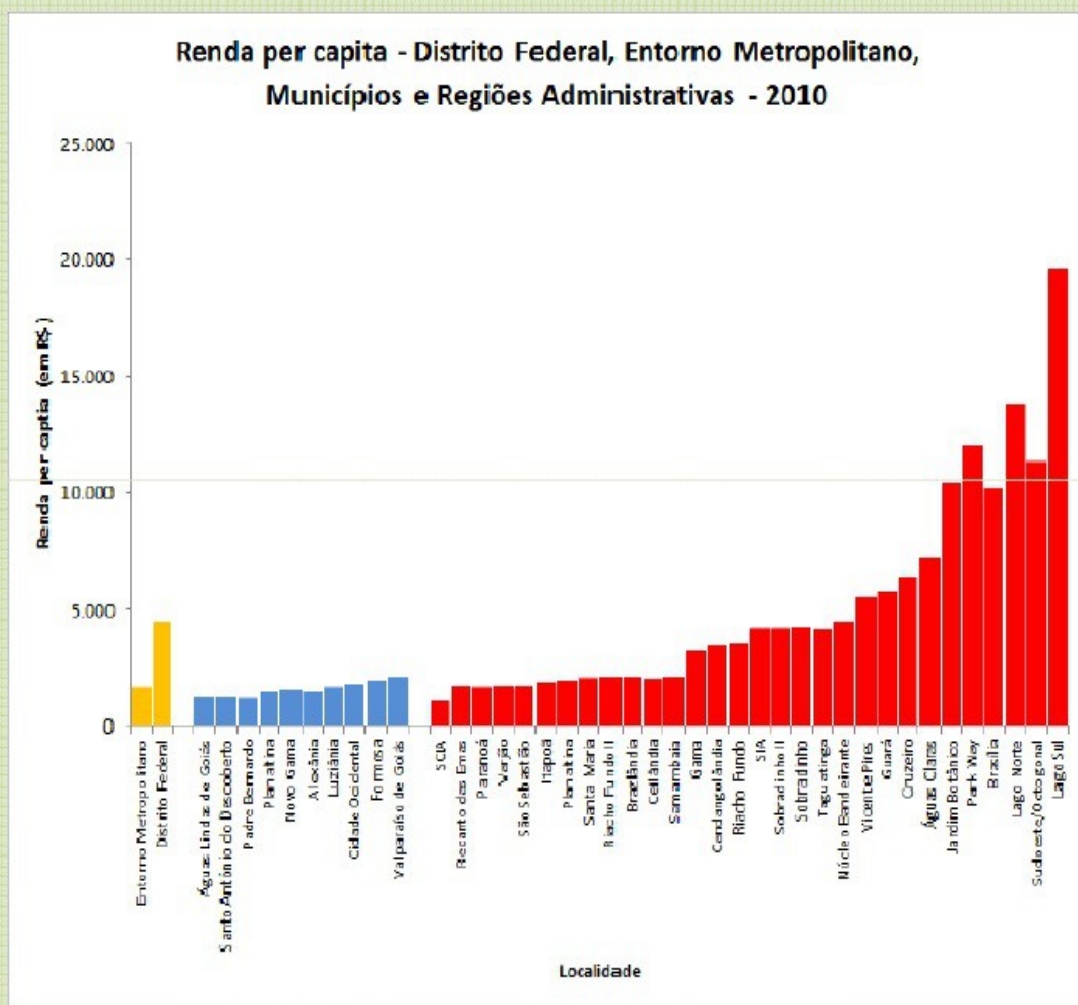
<http://portalsaude.saude.gov.br/>

<http://www.ibge.gov.br/>

ANEXOS

Gráfico 1:

Renda Per Capita - AMB - 2010



Fonte: Dados agregados por setores censitários / Censo 2010 – IBGE. Dados elaborados pelo Núcleo de Estatística - CODEPLAN

Mapa 1:

Renda *Per Capita* segundo as Regiões Administrativas do Distrito Federal - 2010



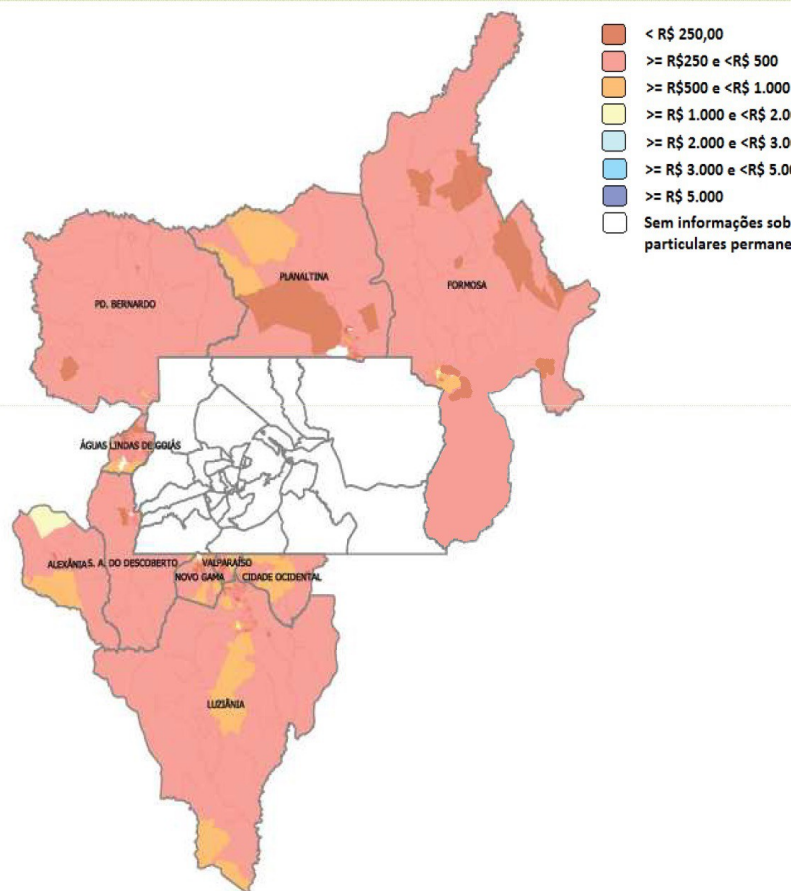
Fonte: Dados agregados por setores censitários / Censo 2010 – IBGE. Dados elaborados pelo Núcleo de Estatística - CODEPLAN

Mapa 2:

Municípios da Área Metropolitana de Brasília -AMB

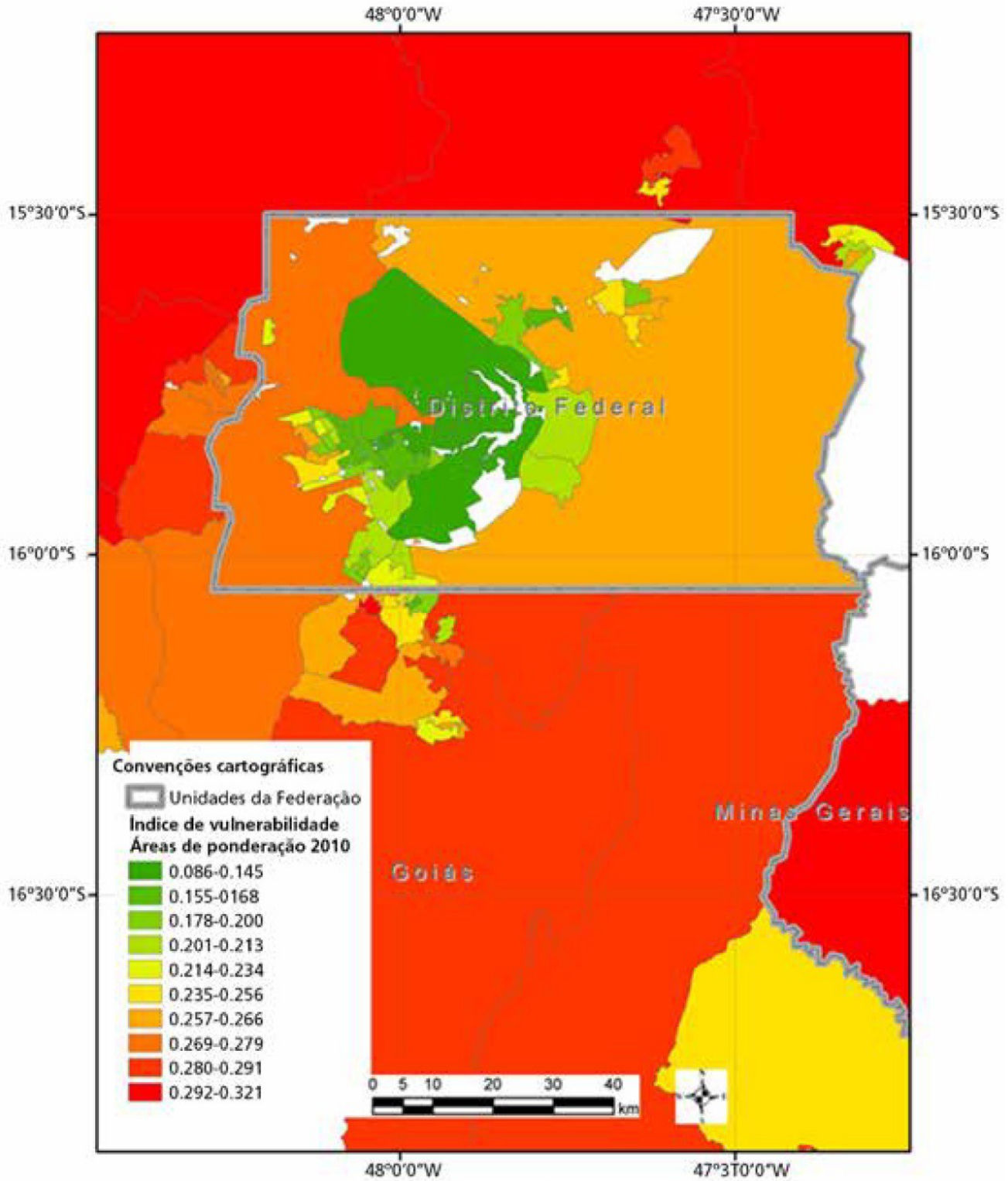
Municípios:

- Águas Lindas de Goiás
- Alexânia
- Cidade Ocidental
- Formosa
- Luziânia
- Novo Gama
- Padre Bernardo
- Planaltina
- Sto. Antônio do Descoberto
- Valparaíso de Goiás



Mapa 3:

Índice de vulnerabilidade – Distrito Federal e entorno (2010)



Fonte: FURTADO, 2013. Censo Demográfico de 2010, IGBE.